UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

FELIPE NAVARRO BIO DE TOLEDO

Tópico-sujeito locativo no português brasileiro: uma proposta de
análise

Versão corrigida

São Paulo
2018

FELIPE NAVARRO BIO DE TOLEDO

**Tópico-sujeito locativo no português brasileiro: uma proposta de
análise**

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, dentro do programa de
Filologia e Língua Portuguesa, como parte dos requisitos para a obtenção do
título de mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida C. R. Torres Morais

De acordo: _____

Profa. Dra. Maria Aparecida C. R. Torres Morais

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T649a Toledo, Felipe Navarro Bio de
Tópico-sujeito locativo no português brasileiro:
uma proposta de análise / Felipe Navarro Bio de
Toledo ; orientadora Maria Aparecida Correa Ribeiro
Torres Moraes. - São Paulo, 2018.
121 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Clássicas e
Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua
Portuguesa.

1. LINGUÍSTICA DE CORPUS. 2. MUDANÇA LINGUÍSTICA.
3. LINGUÍSTICA APLICADA. 4. GERATIVISMO. 5. TÓPICO-
SUJEITO. I. Moraes, Maria Aparecida Correa Ribeiro
Torres, orient. II. Título.

Dedico este trabalho à minha querida avó Cida, que me ensinou e ensina, à sua maneira, o valor da disciplina, da dedicação e do amor próprio, além de me mostrar quão essencial é estar com o outro.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pela compreensão e total apoio nesses anos de trabalho, o que me absteve de qualquer pensamento negativo ou pessimista.

A meu pai, pelo olhar amoroso e admirativo, que me ajudou a superar os desafios.

Ao meu irmão Rodrigo, que sempre me ensinou a desconfiar das minhas próprias conclusões.

À minha família como um todo, pelo carinho e afeto.

À minha orientadora Cida, por todas as conversas, leituras, idas e vindas, paciência, presença constante e alegria. Meu muito obrigado, Cida!

À professora Ana Paula Scher, pela genialidade das aulas, pela exigência e paixão pela pesquisa, o que me trouxe tanto fôlego e motivação.

Aos professores Juanito Avelar e Heloisa Salles, pela presença na qualificação e na defesa, pelos valorosos comentários e os desafios que propuseram.

À Lilian, por todo o apoio e consideração desde o tempo em que eu sequer pensava em iniciar uma pesquisa – boa sorte em sua nova jornada!

À Viviam, que sempre exigiu e exige o melhor de mim, que nunca se contentou com pouco e que me ensinou e me ensina tanto.

À Aline, pelo talento, carinho e esmero com que revisou esta dissertação.

A todos os meus colegas da FTD, pelo aprendizado constante e pelo respeito tão grande.

A todos os funcionários da FFLCH, da Administração e da Universidade como um todo, que garantiram toda a infraestrutura necessária para as aulas e para o desenvolvimento desta pesquisa.

À minha terapeuta Caroline, que me escutou com atenção e empenho durante tantos anos e que me ajudou a trilhar todos meus caminhos.

Aos meus colegas e amigos do *aikido*, da natação, da canoagem, que me ensinaram o valor do trabalho árduo e da necessidade de perseverança para se alcançar qualquer ideal.

Não há linha reta, nem nas coisas nem na
linguagem. A sintaxe é o conjunto dos
desvios necessários criados a cada vez para
revelar a vida nas coisas.

DELEUZE, 2011, p. 12.

RESUMO

TOLEDO, Felipe Navarro Bio de. **Tópico-sujeito locativo no português brasileiro: uma proposta de análise**. 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Um dos fenômenos mais investigados na literatura sintática recente sobre o português brasileiro (PB), dentro do quadro teórico gerativista e também de outras teorias linguísticas, é aquele que se refere ao que viria a ficar conhecido como tópico-sujeito. Este trabalho se debruçou sobre este fenômeno sintático, mais especificamente, o tópico-sujeito locativo, um tipo de tópico-sujeito em que um constituinte com interpretação locativa figura em posição pré-verbal. Os aspectos investigados mais de perto referem-se à grade argumental e à estrutura eventiva dos verbos envolvidos, bem como ao modo de licenciamento dos dois DPs participantes da estrutura eventiva que expressa a relação locativa. Depois de uma revisão da literatura relevante sobre o tópico-sujeito e as bases do gerativismo, a hipótese derivacional que assumimos neste trabalho considerou uma estrutura semelhante à das sentenças transitivas sem, no entanto, a projeção de *Voice* agentivo. Postulamos, em seu lugar, um núcleo aplicativo alto, com traços de pessoa, que identifica um evento apto a receber uma locação e introduz um novo participante afetado, com uma relação temática locativa entre ele e o VP. Do ponto de vista diacrônico, supomos que o parâmetro envolvido no aparecimento do tópico locativo na gramática do PB estaria na mesma rede paramétrica relacionada à mudança no parâmetro do sujeito nulo. Foi feita também uma pesquisa com *corpora* históricos abrangendo o período dos séculos XIX ao XXI, com o objetivo de rastrear um possível desenvolvimento das construções com sintagmas locativos em posição pré-verbal, em variação com os locativos em posição pós-verbal, na expectativa de poder encontrar ocorrências de construções que apresentem as propriedades que identifiquem o tópico-sujeito locativo. Foram utilizados anúncios, cartas pessoais e entrevistas, todos circunscritos ao estado de São Paulo. A metodologia utilizada foi quantitativa e buscou contabilizar variáveis presentes em todas as sentenças com sintagmas de interpretação locativa.

Palavras-chave: Sintaxe formal. Português do Brasil. Topicalização. Tópico-sujeito. Tópico locativo. Núcleos aplicativos.

ABSTRACT

TOLEDO, F. N. B. de. **Locative topic-subject in Brazilian Portuguese: an analytical proposal**. 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

One of the mostly investigated phenomena on the recent Brazilian Portuguese (BP) syntactic literature, inside the theoretical frame of the Generative Syntax program and also another linguistic theories, is the one that has come to be known as topic-subject. This work focused on this syntactic phenomenon, more specifically the locative topic, a subtype of topic-subject in which a constituent with locative interpretation appears in a pre-verbal position. The more closely investigated aspects refer to the argument structure and event structure of the verbs involved, as well as to the licensing mode of the two DPs participating in the event structure that expresses the locative relation. After a literature revision about the topic-subject and the foundations of the generative enterprise, the derivational hypothesis that we assume in this work considers a structure similar to that of the transitive sentences without, however, the agentive Voice projection. We consider instead a high applicative head, with person features, whose function is to identify an event capable of receiving a location and to introduce a new affected participant, with a locative thematic relation between it and the VP. From the diachronic point of view, we assume that the parameter involved in the implementation of the locative topic in the BP grammar would be in the same parametric network related to the change in the null subject parameter. Besides, a research was made with historical *corpora* spanning the period from the nineteenth century to the twenty-first century, aiming to track a probable development of the constructions with locative phrases in pre-verbal position, in variation with locatives in post-verbal position, waiting to find occurrences of constructions showing the topic-subject properties. We used ads, personal letters and interviews, all of which were limited to the state of São Paulo. The methodology used was quantitative and sought to account for variables present in all sentences with phrases associated to locative interpretation.

Keywords: Formal syntax. Brazilian Portuguese. Topicalization. Subject topic. Locative topic. Applicative heads.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ESQUEMA CONCEITUAL DO OBJETO DE ANÁLISE	23
QUADRO 2 – <i>CORPORA</i> DO <i>CORREIO PAULISTANO</i>	95
QUADRO 3 – <i>CORPORA</i> PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	96
QUADRO 4 – <i>CORPORA</i> SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	97
QUADRO 5 – CRITÉRIOS CLASSIFICATÓRIOS	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição percentual da colocação do sintagma locativo.....101

Gráfico 2 – Distribuição percentual da tipologia verbal.....102

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: O TÓPICO-SUJEITO OU TÓPICO NOMINATIVO	25
1.1 OBJETIVOS E OBJETO DE ANÁLISE	29
1.1.1 <i>Organização do trabalho</i>	30
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	33
2.1 O PROGRAMA MINIMALISTA E A TEORIA PARAMÉTRICA	33
2.1.1 <i>Os problemas tradicionais no estudo da linguagem</i>	33
2.1.2 <i>A perspectiva biolinguística</i>	34
2.1.2.1 A tese minimalista forte (SMT)	35
2.1.2.2 A operação Concatenar (Merge) e Mover (Move)	35
2.1.2.3 Rótulos (labels) e relação sonda-alvo (probe-goal)	37
2.1.2.4 Traços interpretáveis e não interpretáveis e a condição de interpretabilidade plena (Full Interpretation, FI)	37
2.1.2.5 O conceito de fase	38
2.1.2.6 A operação Agree	38
2.1.2.7 Os arranjos lexicais	39
2.1.3 <i>Núcleos introdutórios de argumentos</i>	39
2.1.4 <i>A noção de parâmetro e mudança em uma perspectiva formal</i>	43
2.1.4.1 Parâmetros	43
2.1.4.1.1 Como os parâmetros mudam? As noções de abdução e reanálise	44
2.1.4.1.2 Quando e por que os parâmetros mudam? As noções de opacidade e ambiguidade	47
2.1.4.1.3 O papel do terceiro fator na mudança linguística paramétrica: macroparâmetros e microparâmetros	48
2.2 SÍNTESE DO CAPÍTULO E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	50
3. O ESTADO DA ARTE DA CONSTRUÇÃO DE TÓPICO-SUJEITO NO PB.....	52

3.1 GALVES (1998): O NÚCLEO DE PESSOA	52
3.2 PROPOSTAS CANÔNICAS E NÃO CANÔNICAS PARA A ESTRUTURA ARGUMENTAL E SEMÂNTICA DE CONSTRUÇÕES DE TÓPICO-SUJEITO	54
3.2.1 Lobato (2006) e a bipartição de constituintes	54
3.2.2 Lunguinho (2006): o DP possessivo	55
3.2.3 Contra a homogeneidade do tópico-sujeito: Munhoz (2011) e Munhoz e Naves (2012).....	56
3.2.4 Andrade e Galves (2014)	59
3.2.4.1 A proposta	61
3.2.4.1.1 Argumentos favoráveis do ponto de vista interpretativo-semântico	63
3.3 CONCORDÂNCIA E A POSIÇÃO DE [SPEC, TP] NAS CONSTRUÇÕES DE TÓPICO- SUJEITO.....	64
3.3.1 O estatuto do DP pré-verbal nas construções de tópico-sujeito: Munhoz (2011).....	65
3.3.2 Avelar e Galves (2011): implementações teóricas de Chomsky (2008) e Holmberg (2010): Φ -independência do núcleo T no PB.....	66
3.3.2.1 Crítica ao pressuposto teórico de Avelar e Galves (2011): Nunes (2016).....	68
3.3.3 Os paradigmas de concordância e questões para a economia derivacional: Nunes (2016)	69
3.4 O CASO NAS SENTENÇAS DE TÓPICO-SUJEITO	71
3.4.1 Nunes (2016): caso inerente	71
3.5 ANÁLISES DIACRÔNICAS.....	74
3.5.1 A perda dos dativos de posse e uma estratégia inovadora para a expressão da posse externa no PB: Torres Morais (2015)	74
3.5.1.1 Proposta para a posse externa dativa.....	75
3.5.1.2 A perda da construção de posse externa dativa.....	76
3.5.2 Costa (2010b): a variação é microparamétrica	77

3.5.3 Kato (2015): sentenças categóricas e téticas	82
3.6 SÍNTESE AVALIATIVA E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO.....	86
4. HIPÓTESE ANALÍTICA PARA O ESTUDO DO TÓPICO LOCATIVO	88
4.1 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES	88
4.2 A ANÁLISE	88
4.3 ARGUMENTOS E CONTRA-ARGUMENTOS.....	92
4.3.1 Os traços do núcleo aplicativo	95
4.3.2 Algumas considerações.....	96
4.3.3 Questões diacrônicas	97
4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO E RELAÇÕES COM O TÓPICO GENITIVO	98
5. CORPUS, MÉTODO E ALGUNS RESULTADOS.....	99
5.1 RECORTE ESPAÇO-TEMPORAL E TIPOLÓGICO E MATERIAL DE ANÁLISE.....	99
5.1.1 PHPP II.....	100
5.1.2 Entrevista do Projeto SP2010.....	104
5.2 FORMA DE ANÁLISE	104
5.3 ALGUNS RESULTADOS INTERESSANTES.....	106
5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
6. CONCLUSÃO.....	111
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114

1. INTRODUÇÃO: O TÓPICO-SUJEITO OU TÓPICO NOMINATIVO¹

Um dos fenômenos mais investigados na literatura sintática recente sobre o português brasileiro (PB), dentro do quadro teórico gerativista – e com inspiração nos achados coloquiais de Pontes (1987) –, é aquele que se refere ao que viria a ficar conhecido como *tópico-sujeito* (cf. GALVES, 1998; LOBATO, 2006; LUNGUINHO, 2006; AVELAR, 2009; MUNHOZ, 2011; AVELAR, GALVES, 2011; MUNHOZ, NAVES, 2012; PILATI, NAVES, 2013; ANDRADE E GALVES, 2014; TORRES MORAIS, 2015; KATO, 2015; NUNES, 2016; PILATI, SALLES, NAVES, 2018). Exemplificadas abaixo (cf. (1) e (2)), podem-se ver construções desse tipo. Nelas, observam-se constituintes com interpretação locativa (1a-b) ou genitiva (2a-d), não preposicionados – no contexto particular de um conjunto de predicados inacusativos.

(1) a. *Essa casa* bate bastante sol.

b. *Esse carro* cabe 60 L de gasolina.

(PONTES, 1987, exs. 85 e 87, p. 34, grifos nossos)

(2) a. *O meu carro* furou o pneu.

b. *O Carlos André* cresceu o nariz.

c. *Esse rádio* estragou o ponteiro.

d. *O jasmim* amarelou as pontas.

(PONTES, 1987, exs. 88-89, p. 35; exs. 12a-b, p. 90, grifos nossos)

De (3), é possível depreender que, seja locativo, seja genitivo, tais constituintes se movem para a posição de sujeito sintático da sentença, [Spec, TP]², visto que ativam a concordância de número e pessoa no verbo³.

(3) a. *Os meus carros* furaram o pneu.

(AVELAR, 2009, p. 247, grifos nossos)

¹ Ao longo desta dissertação, as expressões *tópico-sujeito* e *tópico nominativo* serão usadas como diferentes rótulos para o mesmo fenômeno. Cada um desses rótulos contempla uma peculiaridade do objeto de estudo; a saber, o fato de haver um movimento de um constituinte para uma posição sintática pré-verbal de sujeito e a consequente ativação da concordância verbal, e o fato de esse constituinte receber Caso nominativo, respectivamente. Além do mais, dentro do rótulo *tópico-sujeito* encontram-se duas subespecificações: *tópico-sujeito locativo* (ou, simplesmente, *tópico locativo*) e *tópico-sujeito genitivo* (ou, simplesmente, *tópico genitivo*), de acordo com a interpretação que o argumento deslocado adquire.

² Para diversos argumentos a esse respeito, veja-se 3.3.1, em que se retoma a argumentação de Munhoz (2011).

³ A primeira pesquisadora a dar ênfase à questão da concordância, ausente em Pontes (1987), foi Galves (1998).

b. *Essas casas* batem muito sol.

(GALVES, 1998, p. 22, grifos nossos)

De fato, a ausência da preposição em tais constituintes, que por ora chamaremos de "topicalizados", a concordância entre um sintagma locativo ou genitivo com a flexão verbal e o estabelecimento de uma relação semântica particular (devidamente interpretada pela interface conceitual-intencional) entre os dois sintagmas nominais envolvidos (as relações de continente-contido em (1) e de todo-parte em (2)) são algumas das propriedades marcantes das construções de tópico-sujeito, que, tendo chamado a atenção de diversos pesquisadores, serão discutidas ao longo desta dissertação, considerando os desafios teóricos que impõem à teoria gerativista – cujos pressupostos centrais, condensados no Programa Minimalista, assumimos neste trabalho – tanto nos seus aspectos sincrônicos quanto diacrônicos.

De um ponto de vista comparativo, as sentenças de tópico-sujeito estão restritas ao PB, diferenciando a gramática brasileira não só do português europeu (PE) (em que esse tipo de construção é virtualmente impossível, cf. COSTA, 2010b; AVELAR, 2013 e outros), como também das outras línguas românicas. Vale destacar, além disso, a presença das construções de tópico-sujeito e, mais amplamente, da concordância locativa em línguas bantas, como Avelar (2013) destaca.

Embora não tenhamos trabalhos quantitativos que constatem o percentual de produtividade do tópico-sujeito em registros formais⁴, sua presença é notada na fala coloquial, em dados retirados da internet e na linguagem da propaganda. Note-se, ainda, que são construções aceitas como perfeitamente gramaticais no julgamento de falantes nativos do PB. Como é possível constatar nos dois anúncios abaixo, uma rápida observação de peças publicitárias já revela o uso de construções de tópico-sujeito.

⁴ No entanto, é interessante registrar a menção que Luft (2010) faz, em manual normativo, à construção de tópico locativo (p. 103), na entrada correspondente ao verbo *caber*. No texto destinado a esse verbete, o gramático observa que também pode ocorrer "a permuta de sujeito (conteúdo) e locativo (continente), e o sentido de 'conter': 'Este garrafão só cabe cinco litros' [...]".

Março de 2016, panfleto entregue pelo SEEL (Sindicato dos trabalhadores em empresas editoras de livros), em São Paulo, SP, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Anúncio fotografado na Av. Faria Lima, em outubro de 2016, em São Paulo, SP.⁵

Importante destacar ainda que a gramática do PB licencia construções nas quais uma contraparte preposicionada apresenta constituintes locativo e possuidor introduzidos, respectivamente, pelas preposições *em* e *de*. No entanto, ainda de acordo com as intuições de Pontes (1987), as sentenças exemplificadas em (4a-c) não têm a mesma interpretação das construções de tópico-sujeito acima apresentadas. Como se verá ao longo desta dissertação, tal paralelo tem sido bastante relevante para a abordagem desse tipo de construção.

- (4) a. *Nessa casa* bate muito sol.
 b. *Na belina* cabe muita gente
 c. *Nessa janela* não venta muito.

(PONTES, 1987, ex. 2, p. 86, grifos nossos)

Da mesma forma, Pontes (1987) problematiza a ideia, consensual até então, de que o PB seria uma língua com “proeminência de sujeito”. Colhendo inúmeros

⁵ Avelar (2018), no entanto, analisa tal tipo de sentença com o verbo *ter* não como um tópico locativo, mas sim como um uso particular, em PB, desse verbo como existencial canônico.

exemplos da fala espontânea, a autora abre a possibilidade de ser mais adequado descrever a organização sentencial do PB em termos de tópico-comentário, à semelhança de línguas como o mandarim. Nessa perspectiva, sentenças do tipo "Esse carro cabe 60 L de gasolina" estariam em um domínio intermediário entre topicalização e não topicalização, em que o “sujeito está na posição de objeto” e o “tópico está na posição de sujeito”. A autora afirma ainda que haveria uma possível “confusão” ou reanálise das sentenças de tópico-sujeito, por parte dos falantes, como expressão canônica da ordem SVO. Assim, baseando-se na tipologia de Li e Thompson (1976), Pontes (1987) inclui a construção de tópico-sujeito no conjunto das evidências que caracterizariam o PB como uma língua “orientada para o tópico”⁶. Acrescente-se, ainda, que, entre os principais achados da fala espontânea, estão as construções de "sujeito duplo", exemplificadas em (5).

- (5) a. Os livros, eles estão em cima da mesa.
 b. A Maria, essa não quer nada com o serviço.

(PONTES, 1987, exs. 1 e 2, p. 12; ex. 9, p. 13)

⁶ A dicotomia “língua orientada para o sujeito” e “língua orientada para o tópico”, ou “língua orientada para o discurso”, tem sido igualmente discutida na literatura recente sobre o PB (cf., entre outros, GALVES, 1998; NEGRÃO, 1999; KATO E RAPOSO, 2007; DUARTE E KATO, 2008; COSTA, 2010b; KATO, 2015).

1.1 OBJETIVOS E OBJETO DE ANÁLISE

Nesta dissertação, apresentaremos uma proposta de análise para as construções de tópico-sujeito no PB, mais especificamente para as de tópico-sujeito locativo, defendendo uma hipótese segundo a qual tais construções envolveriam o uso de núcleos aplicativos e afetação de constituintes. Veja-se, no Quadro 1, uma esquematização de nosso objeto de análise.

Quadro 1

Fonte: elaborado pelo autor.

Buscaremos discutir os aspectos morfosintáticos, semânticos e discursivos que identificam a construção, a saber: (i) concordância entre o tópico locativo e o verbo; (ii) natureza da estrutura argumental dos verbos que licenciam o tópico locativo; (iii) ausência de preposição introdutora do locativo; e (iv) ausência do pronome resumptivo, típico das construções topicalizadas. Para dar forma a essa discussão, esta dissertação buscará, como parte de seus objetivos, fornecer subsídios para responder às seguintes questões:

- (1) Qual o estatuto da projeção [Spec, TP] ? Posição A ou A'?
- (2) Como dar conta da atribuição de Caso e papel temático aos constituintes nominais envolvidos na construção?
- (3) Qual a natureza das operações de checagem de traços- Φ no domínio C-T?

- (4) Como seriam introduzidos, na sintaxe, os constituintes que se encontram na relação locativa?
- (5) Qual o estatuto categorial do locativo? DP ou PP? Sujeito ou adjunto?
- (6) Como caracterizar a estrutura argumental dos verbos inacusativos?

Do ponto de vista diacrônico, campo onde não postularemos nenhuma hipótese, nos deixaremos guiar, no entanto, pelas seguintes questões, as quais cremos ser importantes no contexto de nossa hipótese a respeito dos núcleos aplicativos:

- (1) Como caracterizar ou formular os parâmetros que estariam envolvidos no desenvolvimento/aparecimento da construção de tópico-sujeito no PB?
- (2) Seria necessário postular fatores de natureza sócio-histórica – referentes, particularmente, ao contato linguístico – que possam ter levado ao aparecimento das construções de tópico locativo?

1.1.1 Organização do trabalho

Para o desenvolvimento dos objetivos acima propostos e a obtenção de respostas para as perguntas norteadoras que formulamos, dentro dos pressupostos teóricos gerativistas, optamos por organizar este trabalho em um capítulo introdutório, quatro capítulos de desenvolvimento e uma conclusão. No capítulo 3, intitulado “O estado da arte da construção de tópico-sujeito no PB”, selecionamos alguns estudos relevantes que, após o trabalho pioneiro de Pontes (1987) e cobrindo as três últimas décadas, se debruçaram sobre a construção de tópico-sujeito. O diálogo com os autores ofereceu um terreno fértil para a construção de uma proposta de análise (capítulo 4). Nas leituras que fizemos, buscamos salientar as propostas que os trabalhos desenvolveram para dar conta das questões cruciais que a construção de tópico-sujeito suscita, ao menos segundo o nosso ponto de vista e em debate com nossa proposta de análise. Lembramos que os textos têm em comum um aparato teórico que contempla as hipóteses recentes delineadas pelo Programa Minimalista, a partir de Chomsky (1995).

Destacamos ainda as propostas que alguns autores apresentam a respeito da noção de parâmetros de variação (cf. 3.5), dentro da perspectiva minimalista. Com isso, estamos relacionando o capítulo 3 ao capítulo 2, no qual, entre outros assuntos, tratamos das reformulações recentes que têm sido propostas a respeito da arquitetura da gramática universal e do *locus* da variação.

O capítulo 2 objetiva apresentar, assim, as ferramentas conceituais que serviram de pré-requisito para a construção e a compreensão da hipótese analítica que adotamos. Tratamos, dentre outros assuntos, de algumas noções sintáticas postuladas no âmbito do Minimalismo, como as de sistemas de traços formais interpretáveis e não interpretáveis das categorias funcionais, a relação *probe-goal*, a transferência de traços de C para T, o traço EPP e distinções entre posições A e A' (em consonância, sobretudo, com CHOMSKY, 1995, 2000, 2001, 2002, 2004 e 2008). Ainda nesse capítulo, apresentamos os pressupostos centrais de uma teoria particular da estrutura argumental, com base em Marantz (2013), incluindo a teoria dos núcleos aplicativos altos e baixos como introdutores de argumentos, nos termos de Pylkkänen (2008).

Nossa atenção se volta, também, para as recentes abordagens sobre a noção de variação. Com base em Roberts (2007), Biberauer (2008), Richards (2008), Holmberg e Roberts (2010) e Roberts (2012), tratamos das seguintes questões:

1. Como emerge a variação nas gramáticas particulares?
2. O que a torna possível?
3. Quais são os seus limites?
4. Como a criança em fase de aquisição interage com a variação?

A revisão da literatura relevante abrange ainda os recentes questionamentos envolvendo a noção de parâmetros e mudança sintática, com base em Chomsky (2005).

Além disso, apresentam-se as discussões recentes a respeito de microparâmetros e macroparâmetros, relevantes de modo especial para contemplarmos a tipologia "língua de sujeito-predicado" e "língua de tópico-comentário", tal como abordado nos textos de Galves (1989), Duarte e Kato (2008), e a crítica feita a essa tipologia por Costa (2010b). Em suma, explicitamos como a variação e a inovação linguísticas são entendidas dentro dos desenvolvimentos recentes do Programa Minimalista.

No capítulo 4, discutimos a nossa proposta de análise visando a uma abordagem formal da construção de tópico-sujeito locativo, com base na abordagem construtivista da estrutura de argumentos (MARANTZ, 2013) e na teoria dos núcleos aplicativos como introdutores de argumentos (PYLKKÄNEN, 2008).

No capítulo 5, trazemos uma pequena amostra constituída de dados provenientes de acervos documentais organizados por pesquisadores do projeto Para a História do Português Paulista (PHPP) e do Projeto SP2010, abrangendo período que vai dos

séculos XIX ao XXI. O objetivo é rastrear um possível desenvolvimento das construções com sintagmas locativos em posição pré-verbal, em variação com os locativos em posição pós-verbal, na expectativa de poder encontrar ocorrências de construções que apresentem as propriedades que identifiquem o tópico-sujeito locativo.

Por fim, tecemos as nossas conclusões no capítulo 6. Nele, resgatamos nossas respostas às perguntas formuladas na seção 1.1 e tecemos as considerações finais a respeito de nossa proposta de análise.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste capítulo, retomamos brevemente, de acordo com nossas necessidades teórico-metodológicas, os principais pontos da teoria sintática gerativista, seja do ponto de vista sincrônico (os principais contributos analíticos do Programa Minimalista e de uma teoria construtivista da estrutura argumental), seja do ponto de vista diacrônico (a teoria paramétrica).

2.1 O PROGRAMA MINIMALISTA E A TEORIA PARAMÉTRICA

Com base em Chomsky (1995, 2000, 2001, 2004, 2008), faremos, a seguir, um apanhado geral dos recentes desenvolvimentos do Programa Minimalista. Pretendemos oferecer uma visão panorâmica e sucinta desse programa de pesquisa, o qual, além de tratar dos problemas tradicionais no estudo da linguagem (2.1.1), assume também uma perspectiva biolinguística (2.1.2).

2.1.1 Os problemas tradicionais no estudo da linguagem

O objetivo prioritário dos estudos linguísticos, segundo a perspectiva chomskyana, é desvelar aquilo que é específico à linguagem humana e, por extensão, ao pensamento humano. Dessa forma, o que Chomsky chama de "faculdade da linguagem" é visto, na perspectiva biolinguística, como um órgão da mente, o qual regula a interação com as informações linguísticas externas. Se descrito em seu estado inicial (isto é, sem ter sido parametrizado em uma língua-I), fornece uma "gramática universal".

De acordo com essa linha de pensamento, o processo de aquisição da linguagem é controlado por três fatores:

1. Dados linguísticos externos (as sentenças ouvidas; *Primary Linguistic Data*, PLD);
2. Programação genética (o que explicaria por que só os humanos adquirem uma língua-I), a qual dá a ver os dados de (1) em sua natureza propriamente linguística e restringe o número de hipóteses a serem feitas sobre eles, realizando o mapeamento eficaz de (1) para uma língua-I;
3. Princípios de arquitetura estrutural e restrições ao desenvolvimento que atuam de forma aparentemente universal e, inclusive, na natureza.

2.1.2 A perspectiva biolinguística

No interior da perspectiva biolinguística, a discussão a respeito dos três fatores surgiu como forma de oposição às chamadas ciências comportamentais, segundo as quais a aquisição da linguagem é movida por associação, condicionamento, indução simples e analogia; e não, como defendido por uma perspectiva mentalista, como fruto de milhões de anos de evolução e, supõe-se, relacionada a princípios universais de organização neural (*vide* o terceiro fator).

De fato, assumir a possibilidade teórica do segundo fator, por exemplo, exige que as diferenças entre as línguas não sejam atribuídas a fatores acidentais, mas a princípios passíveis de serem explicados. E, como nota Chomsky (2008), essa explicação, caso se queira embasada (*principled*), deve se associar, de alguma forma, ao terceiro fator, pois que estará criando uma conexão entre a faculdade da linguagem e os princípios que condicionam, de maneira geral, o funcionamento de sistemas orgânicos; estará, como Chomsky o entende, indo além da adequação explanatória.

Neste momento, dois pontos merecem maior detalhamento: do que se trata essa conexão e o que significa, mais especificamente, ir além da adequação explanatória. De acordo com a argumentação desenvolvida em Chomsky (2008), essa conexão, em termos metodológicos, reside em um esforço do linguista em se ater a taxonomias simples e em evitar redundância excessiva; ir além da adequação explanatória consiste, por seu turno, na procura por princípios de eficiência computacional capazes de expandir os conceitos desenvolvidos nos estudos linguísticos para outros domínios, dando-lhes significações mais profundas.

O desenvolvimento da teoria de princípios e parâmetros, ao longo dos anos, propiciou um terreno fértil para a exploração da possibilidade de se ir além da adequação explanatória (explicações embasadas, ou *principled explanations*), a essência do Programa Minimalista, que, como ressalta Chomsky (2008), não é uma revolução teórica, mas um refinamento da teoria de princípios e parâmetros, de modo que outros quadros teóricos poderiam também assumir uma postura minimalista.

Sintetizada em Chomsky (2001), uma das principais questões do Programa Minimalista é: até que ponto a faculdade da linguagem humana é uma solução ótima para as condições de legibilidade impostas pelos sistemas de *performance* que interagem com o módulo sintático? Ou, colocada em outros termos: as "imperfeições"

atribuídas ao módulo sintático seriam de fato imperfeições ou seriam, de forma diversa, frutos de uma explicação imperfeita que precisa ser revista?

2.1.2.1 A tese *minimalista forte* (SMT)

A SMT (*Strong Minimalist Thesis*, ou tese *minimalista forte*) postula, com vistas a sustentar o refinamento teórico a que se propõe o Programa Minimalista, que a linguagem é, ou tende a ser, a melhor solução (*optimal solution*) para os imperativos de som e sentido (traduzidos pelas demandas das interfaces sensório-motora e conceitual-intencional, respectivamente, que estão em constante interação com o sistema computacional-gerativo da faculdade da linguagem). Se levada às últimas consequências, algo empiricamente inviável, a SMT implicaria uma gramática universal desenhada unicamente de acordo com as propriedades e necessidades das interfaces sensório-motora e conceitual-intencional.

Chomsky (2008) sugere que as explicações minimalistas devam buscar se aproximar o mais possível de uma SMT levada às últimas consequências, deixando explicitado, no entanto, em que momento e por que houve desvios dela. Tal conduta se justifica pelo fato de que, considerando que a faculdade da linguagem é uma conquista evolucionária recente e que significou um grande avanço moral e intelectual para a espécie humana, quanto menos estrutura houver na teoria linguística, mais clara e razoavelmente se dará a ver o modo como se processou a evolução da faculdade de linguagem.

Apesar de reconhecer que, até o momento, exista um entendimento apenas parcial do que seja uma explicação linguística embasada (*principled explanation*), Chomsky (2008) assume que ela seja interativa e retroalimentada: investigar como a faculdade da linguagem satisfaz as condições impostas pelas interfaces⁷ expande o conhecimento sobre as próprias interfaces e de como se dá o mapeamento até elas, e vice-versa.

2.1.2.2 A operação *Concatenar* (Merge) e *Mover* (Move)

A partir dos anos 1990, com o amadurecimento da SMT e, sobretudo, da discussão a respeito do terceiro fator, alguns dos aparatos teóricos da teoria de

⁷ Chomsky (2008) também adentra uma discussão sobre a assimetria entre as interfaces, considerando que a S-M seria apenas auxiliar em relação à C-I.

princípios e parâmetros começaram a ser "enxugados", pois que a sua redundância revelou-se imperfeição teórica diante das novas problemáticas introduzidas pelo Programa Minimalista. Assim, com o início da discussão em Chomsky (1995), abandonaram-se os níveis da estrutura-D, da estrutura-S e da forma lógica (LF, *logical form*), assim como se abandonou a ideia de vestígios, índices e níveis intermediários, em favor de apenas um sistema computacional cuja única operação seja Concatenar (*Merge*) dois a dois, alimentando, por seu turno, duas interfaces externas a ele⁸.

A operação *Merge* estaria, segundo a exposição desenvolvida em Chomsky (2008), sujeita à *no-tampering condition* (NTC): se dois objetos sintáticos X e Y são concatenados, eles permanecem inalterados no interior do conjunto {X, Y} que assim se forma, de modo que, por exemplo, o conjunto de traços que definem X e Y permanece o mesmo e nunca se descola deles.

A concatenação, nesse modelo, além de não considerar a ordem linear, é feita, em certo sentido, "pelas bordas", de modo que um item lexical (*lexical item*, LI) deve ter um traço de borda (*edge feature*, EF) para poder ser concatenado a um objeto sintático (*syntactic object*, SO). Forma-se, assim, um conjunto {LI, SO} definido por esses dois termos, com SO complemento de LI.

Retornando ao *Merge* inicial {X, Y}, se considerarmos que é Y que se concatena a X, têm-se duas possibilidades para o mesmo conjunto formado {X, Y}: ou Y não é parte de X, caso denominado de concatenação externa (*external Merge*, EM), ou Y é parte de X (antes de concatenar-se), caso denominado de concatenação interna (*internal Merge*, IM). IM, rótulo para a operação de movimento na teoria de movimento por cópia, deixa duas cópias, uma *in situ* (interna) e outra no alvo do movimento (externa). Na alimentação das interfaces, EM é responsável pelo estabelecimento da estrutura argumental e dos papéis temáticos, enquanto IM se relaciona aos efeitos discursivos de foco, tópico etc.

Chomsky (2008) nota que, de acordo com tal arranjo das operações sintáticas, EM e IM ganham uma simetria (ambas têm origem na operação primitiva de concatenar dois a dois) que inexistia nos desenvolvimentos teóricos anteriores, segundo os quais a operação de movimento seria um "defeito" da faculdade da linguagem. Dessa forma, IM torna-se tão "natural" quanto EM. Fica acomodada, dessa forma, a ideia de que a

⁸ O capítulo 3 de Chomsky (1995) tem uma longa discussão, com dados empíricos, a respeito de possíveis argumentos para esses abandonos, à qual remetemos o leitor interessado.

faculdade da linguagem, ao contar com IM e EM, seria a melhor solução (*optimal solution*) para satisfazer a dualidade semântica de C-I, uma solução bastante alinhada às expectativas do Programa Minimalista.

2.1.2.3 Rótulos (labels) e relação sonda-alvo (probe-goal)

Tanto nas operações de EM quanto de IM, um rótulo (*label*) deve estar visível em ambos os elementos que participam de *Merge*. Em EM, formam-se relações de pertencimento a um conjunto (*set-membership*): o rótulo seleciona e é selecionado; em IM, por seu turno, além da existência da relação *set-membership*, o rótulo constitui-se como sonda à procura de um alvo, o qual, por sua vez, também é um rótulo alcançado pela sonda via identidade de traços.

2.1.2.4 Traços interpretáveis e não interpretáveis e a condição de interpretabilidade plena (Full Interpretation, FI)

A reformulação do *modus operandi* do módulo sintático proposta pelo Programa Minimalista de pesquisa, com início em Chomsky (1995), se debruçou também sobre a ideia de traços e a sua caracterização.

Um item lexical, de acordo com esse modelo, é retirado do léxico com um conjunto de traços, alguns deles variáveis (como gênero, número e pessoa no caso dos nomes, os traços- Φ), outros invariáveis (como Caso, EPP, Foco etc.); tais traços podem ser, além disso, interpretáveis ou não interpretáveis.

A existência de traços formais não interpretáveis, largamente demonstrada por evidência empírica, se mostrou um dos achados mais prolíficos do Programa Minimalista. O conceito de interpretabilidade define-se em relação à interface semântica; para a interface fonológica, interessa saber apenas o valor que foi dado a determinado traço não interpretável, para que a forma fonética correta seja gerada.

Diretamente relacionada ao conceito da interpretabilidade de traços, a condição de interpretabilidade plena (*Full Interpretation*, FI) é uma condição de interface que regula o mapeamento das sentenças geradas pelo sistema computacional. Ela se aplica tanto à interface sensorio-motora quanto à interface conceitual-intencional, autorizando apenas a convergência de objetos legítimos, isto é, que não contenham nenhum traço não legível, ou interpretável, pela interface em questão. Por exemplo, um DP com um traço de Caso estrutural nominativo não valorado não sobreviveria à FI, pois que a

interface semântica seria incapaz de lê-lo, e a derivação fracassaria (apesar da convergência na interface fonológica).

O núcleo T do português brasileiro, por exemplo, herda de C traços não interpretáveis de número e pessoa, os quais precisam ser apagados (hipoteticamente, da forma mais imediata possível) e, como são traços- Φ , valorados contra o DP mais próximo via *Agree* (cf. 2.1.2.6), uma forma de IM.

2.1.2.5 O conceito de fase

No Programa Minimalista, o abandono da forma lógica é justificado pela introdução de uma operação que age em vários estágios da derivação: Transferência (*Transfer*), a qual mapeia objetos sintáticos para as interfaces do som (*Spell-Out*) e do sentido. As operações de mapeamento para as interfaces são realizadas a cada *fase* da derivação, ciclos que, como sugerido em Chomsky (2004), são nucleados por C (do qual T, que não é considerado uma fase, herda os traços- Φ e os de concordância⁹) e *v* transitivo. Tais ciclos são regulados por aquilo que Chomsky (2000) postulou como condição de impenetrabilidade da fase (*Phase Impenetrability Condition*, PIC), segundo a qual, após cada operação de Transferência, todo o material à direita do núcleo da fase, excluindo-se o próprio núcleo, fica inacessível para futuras operações.

2.1.2.6 A operação Agree

Na relação sonda-alvo (*probe-goal*), que mencionamos brevemente em 2.1.2.3, uma sonda – nesse modelo, um núcleo funcional introduzido na derivação com traços não interpretáveis – define-se como um objeto sintático à procura de um alvo que esteja dentro de seu domínio de busca e c-comando. O alvo define-se, por sua vez, como um objeto sintático com um traço de Caso a ser valorado, isto é, um alvo ativo. A concordância (*Agree*) valoriza e deleta os traços- Φ não interpretáveis da sonda contra os do alvo (sonda e alvo, nesse modelo, precisam ter traços concordantes), o qual, por sua vez, tem seu traço de Caso valorado e deletado, o que o inativa para outras operações de concordância, podendo se mover ou não para [Spec, TP], a depender da existência de um traço EPP em T.

⁹ É esse mecanismo de herança que, segundo Chomsky (2008), dá origem à distinção A-A'.

2.1.2.7 Os arranjos lexicais

Chomsky (2000) introduz o conceito de arranjo lexical (*lexical array*, LA), cujo efeito mais importante na teoria linguística é o de limitar, de forma explícita, o acesso ao léxico pelo sistema computacional. O acesso fica restrito ao início da derivação e apenas ao início, momento no qual se seleciona o arranjo lexical único. O sistema computacional, por sua vez, também não tem acesso direto ao LA; a interação entre os dois se dá através da seleção de subconjuntos lexicais, componentes do arranjo lexical inicial, acessíveis ao sistema computacional, organizados em grupos cujo princípio agregador é a presença dos núcleos C ou *v* transitivo, que, não por acaso, são núcleos de fases (2.1.2.5).

2.1.3 Núcleos introdutores de argumentos

Dentro do quadro minimalista acima exposto, iremos assumir, neste trabalho, uma concepção de estrutura verbal argumental e eventiva tal como sintetizada em Marantz (2013), enfatizando, com base em Pylkkänen (2008), a teoria dos núcleos aplicativos altos e baixos, crucial para o desenvolvimento de nossa hipótese analítica (capítulo 4).

Um dos principais pontos da teoria argumental exposta em Marantz (2013) é a divisão do que se conhece por "verbo" em uma raiz – presente no léxico, não categorizada e com conteúdo semântico idiossincrático – e um núcleo verbalizador, o qual expressa um evento, presente na sintaxe. Formalizada em Cuervo (2003), está a ideia de que os núcleos verbalizadores podem expressar três tipos de evento: de atividade, de mudança e de estado.

Além da existência de restrições universais à estrutura argumental, como a impossibilidade de três argumentos, a proposta de Marantz (2013) encontra respaldo em uma característica comum da linguagem humana: a variedade de configurações frasais para o mesmo verbo (6-9), que implicam diferenças de interpretação.

- (6) João gosta de contar histórias.
- (7) João contou vantagem sobre o seu emprego.
- (8) A atitude de João contou pontos para sua promoção.
- (9) Não conte com o João para nada.

Ao invés de supor que, em cada sentença acima, o verbo "contar" é selecionado diretamente do léxico, onde subcategorizaria para uma dada estrutura argumental projetada e interpretada, Marantz (2013) e sua linha de pesquisa supõem que, em todos esses casos, o que se tem é uma raiz "cont-" que, a partir de compatibilidades sintático-semânticas, compõe, junto com um núcleo verbalizador, uma representação sintática de um evento possível de ser codificado na língua e gerado de forma independente na sintaxe. Assim, as noções de Caso, papel temático, ordem de palavras e a própria capacidade de gerar estruturas (com interpretação eventiva) são destinadas à sintaxe; o léxico passa a ser um conjunto de raízes (morfemas) com conteúdo semântico idiossincrático. Essa separação justifica-se, por exemplo, ao evitar um grande número de redundâncias nas explicações e descrições linguísticas – não é mais preciso descrever cada verbo transitivo como subcategorizando para um objeto direto, mas, de forma mais econômica e elegante, pode-se postular uma estrutura transitiva, na sintaxe, que abriga determinado tipo de raiz e expressa um evento. Marantz (2013) propõe, com esse espírito, a existência de duas estruturas sintáticas universais: uma em que a raiz verbal estaria concatenada a um argumento interno (10) e outra em que a raiz verbal se juntaria a uma minioração cujo sujeito é seu objeto (11).

Para além dessas estruturas, que, mediante um núcleo funcional verbalizador, licenciam verbos e seus argumentos internos, é possível supor a existência de núcleos sintáticos adicionais que enriquecem a estrutura argumental. O mais conhecido deles é *Voice* (12), implementado por Kratzer (1996). Adotando o pressuposto de que o evento, embora não realizado na sintaxe, é, do ponto de vista semântico, um argumento do verbo, a autora considera que *Voice* é responsável pela introdução do argumento externo. Tal argumento é gerado na posição de especificador de *Voice* e sua

interpretação relaciona-se aos diferentes tipos de eventos expressos pelo sintagma verbal: se o evento-complemento de *Voice* é uma atividade, o argumento externo será interpretado como agente/causador; se é estativo, será interpretado como experienciador ou possuidor. Em suma, o papel semântico de *Voice* é relacionar o argumento externo ao evento descrito pelo verbo, operação denominada *Event Identification*, ou identificação de evento (KRATZER, 1996). Decorre daí que o argumento externo tem um significado estrutural.

Além de *Voice* e dos núcleos relacionais preposicionais, são fundamentais para esta dissertação, como ficará claro no capítulo 4, os núcleos aplicativos, tal como trabalhados por Pylkkänen (2008). De terminologia inspirada nas descrições das línguas bantas, eles se apresentam como um tipo de *Voice*, categorizados em altos e baixos. A divisão é semântica: aplicativos altos relacionam tematicamente um indivíduo a um evento (13), podendo estabelecer, via *Event Identification*, diversas relações temáticas (instrumental, locativo, benefactivo, malefactivo, entre outras); aplicativos baixos, por seu lado, relacionam tematicamente um objeto direto a um argumento aplicado (14).

Os aplicativos altos licenciam um argumento aplicado (DP) ao evento (VP), nos moldes do que faz *Voice* com o argumento externo. Por sua vez, os aplicativos baixos relacionam dois indivíduos, ou dois argumentos DPs, como ocorre, por exemplo, nas construções ditransitivas de objeto duplo.

Os núcleos funcionais aplicativos foram detectados em diversas línguas de diferentes famílias e de maneira extensiva¹⁰ e são, por esse motivo, parte provável dos núcleos funcionais da GU – um resultado esperado do ponto de vista minimalista –, introduzindo argumentos afetados "não nucleares". A língua kinyarwanda, por exemplo, possui a partícula *hó*, que, justaposta ao verbo, permite a adição de um locativo sem o uso da preposição, como atestado pelo contraste (15a-b).

- (15) a. Umufuundi y -o -óme -tse amatáfaári ku rukutá
 builder SP -PST -stick -ASP bricks on wall
 'The builder stuck bricks on the wall'
- b. Umufuundi y -o -óme -tse -**hó** urukutá amatáfaári
 builder SP -PST -stick -ASP -APPL wall bricks
 'The builder stuck bricks on the wall'

(NGOBOKA, 2005 apud ZELLER, 2005)

Apesar de línguas como o português não possuírem núcleos aplicativos fonologicamente realizados, algumas evidências empíricas – como a existência das construções de tópico-sujeito – fazem supor que eles sejam operativos na sintaxe, como tentaremos demonstrar no capítulo 4.

¹⁰ Marantz (2013), por exemplo, defende a ideia de que eles constituem parte de uma estrutura sintática universal; cf. Peterson (2007) para um estudo bastante completo e descritivo de tais núcleos em diversas línguas e diferentes famílias.

2.1.4 A noção de parâmetro e mudança em uma perspectiva formal

Mesmo entre os linguistas descritivistas da primeira metade do século XX, apesar da reconhecida falta de dados, já se especulava sobre a possibilidade de as línguas compartilharem de alguns traços e poderem, por esse motivo, ser organizadas dentro de categorias e tipologias; e, por hipótese, advirem todas de algo como uma “gramática geral”.

Como Biberauer (2008) ressalta, atualmente existe consenso, mesmo entre áreas de pesquisa diferentes, de que a variação sintática não é nem sem limites nem totalmente imprevisível. Com esse espírito, discutiremos, nas próximas seções e dentro de nosso quadro teórico (2.1), a concepção da noção de parâmetro (2.1.4.1). Em seguida, realizaremos um breve panorama da atual compreensão a respeito das razões da mudança linguística (2.1.4.1.2) e seus mecanismos (2.1.4.1.1), introduzindo também uma discussão sobre as relações entre mudança linguística e aquisição da linguagem. Ao final, realizaremos uma breve exposição acerca da relação entre o terceiro fator e a mudança linguística (2.1.4.1.3).

2.1.4.1 Parâmetros

De acordo com Roberts (2007, p. 21), inicialmente acreditava-se que, à base invariante da gramática universal (ver seção 2.1.1), vinha se acrescentar a possibilidade de variação de acordo com ramificações binárias de uma determinada propriedade linguística, de maneira definitiva e obrigatória (não escolher não era uma opção), através da interação da competência linguística da criança, em fase de aquisição, com os PLD a que é exposta (2.1.1). A teoria de princípios e parâmetros postulou, em um primeiro momento, portanto, a existência de princípios (universais) e parâmetros (variáveis) por fixar. Como no caso do sujeito nulo, do movimento das expressões-Q e do movimento de V para T, muitos parâmetros puderam ser descritos como uma resposta sim/não fornecida para alguma propriedade linguística.

No entanto, essa concepção sofreu diversas críticas (cf. NEWMYER, 2005, 2006)¹¹ e foi colocada em xeque após novos dados serem trazidos à luz pela linguística

¹¹ Retomada em Holmberg e Roberts (2010), a crítica de Newmeyer vai no sentido de questionar, dada a intensa proliferação de parâmetros e microparâmetros nas descrições linguísticas formalistas, quantos parâmetros de fato existem e se existiria um limite para eles. Como argumentado em Holmberg e Roberts (2010), se por um lado a noção de parâmetros foi um grande ganho teórico, pelo outro, se não houver nenhum tipo de restrição para a sua postulação, eles podem ser formulados indefinidamente

histórica¹² e pelas teorias de aquisição da linguagem. Por esse motivo, a concepção de parâmetros vem sendo reformulada e, atualmente, eles são descritos como presença/ausência, em um núcleo funcional, de um determinado traço formal capaz de desencadear *Move* (2.1.2.2) ou *Agree* (2.1.2.6). Além disso, os desenvolvimentos do Programa Minimalista colocaram um limite para a formulação de novos parâmetros: a SMT.

De acordo com Roberts (2007), é possível observar, ainda, no estudo das línguas, que, muitas vezes, o valor de um parâmetro P_2 decorre do valor atribuído a outro parâmetro, P_1 , de modo que este último está em uma posição hierarquicamente superior a P_2 , em uma rede, ou árvore, de parâmetros. Assim, se P_1 tem seu valor alterado, P_2 também muda, do ponto de vista diacrônico; e, do mesmo modo, P_1 deve ser adquirido antes de P_2 , do ponto de vista da aquisição da linguagem, sugerindo que P_1 é mais facilmente aprendido do que P_2 .

Além disso, como destacam Holmberg e Roberts (2010), a noção de parâmetro, de acordo com as reformulações que vem sofrendo, é muito importante para o sucesso de uma descrição linguística que se queira não só observacional e descritivamente adequada, mas também explanatoriamente adequada, pois a conexão entre dados empíricos e parâmetros permite traçar um percurso até a gramática universal.

Nas próximas seções, discutiremos um dos principais poderes heurísticos da noção de parâmetro: a compreensão das razões para a mudança linguística sintática e o entendimento de sua natureza, de sua origem e de seu escopo de atuação.

2.1.4.1.1 Como os parâmetros mudam? As noções de abdução e reanálise

Desconsiderando alguns detalhes, podemos dizer, baseando-nos em Roberts (2007), que um dos principais mecanismos da mudança sintática paramétrica é o processo de reanálise. A criança em fase de aquisição realiza uma reanálise quando atribui uma representação estrutural não canônica para uma sentença com uma representação estrutural canônica atribuída pelas gerações anteriores. Tudo se passa como se o indivíduo em processo de aquisição representasse, em seu módulo sintático,

apenas como substitutos taxonômicos, reduzindo sua eficácia como mecanismos de adequação explanatória.

¹² Biberauer (2008, p. 18), por exemplo, realiza uma discussão a respeito de quão problemático pode ser considerar a existência de apenas um parâmetro regulando o movimento de expressões-Q, pois, como ela demonstra, existem línguas que só permitem o fronteamento em alguns contextos e outras em que deixar a expressão-Q *in situ* é obrigatório em determinados contextos.

uma determinada sentença ouvida de forma diferente da realizada pelas gerações anteriores; esse descompasso intergeracional (*mismatch*) é o fator que desencadeia a reanálise e, em alguns casos, uma mudança paramétrica.

No entanto, se o módulo mental sintático é o mesmo para todos os falantes, pois que geneticamente herdado e específico da espécie humana, como explicar duas representações estruturais diferentes para a mesma sentença? Ou, em outros termos (ROBERTS, 2007, p. 230), se a *trigger experience* de uma geração permite que seus membros fixem o valor de um parâmetro p_k para v_i , por que a *trigger experience* produzida por essa geração é insuficiente para que a próxima geração fixe o mesmo valor v_i para o mesmo parâmetro p_k ?

Se considerarmos, ainda seguindo Roberts (2007), que o aprendizado, sobretudo o que envolve a aquisição da linguagem, para além de processos indutivos e dedutivos, se dá também por *abdução*, é possível atribuir a diferença na representação a um erro de abdução.

Consideremos, por hipótese, a geração 1 como a parental e a 2 como a dos filhos em processo de aquisição (16). De acordo com o exposto mais acima, uma língua é um instanciamento da gramática universal, uma gramática x ; no caso da geração 1, temos, correspondentemente, uma gramática 1 e um *corpus* 1, que é o conjunto de sentenças produzido pela geração 1 e ouvido pela geração 2, em forma de PLD.

(ROBERTS, 2007, p. 124, com base em ANDERSEN, 1973, tradução nossa)

A abdução, como dissemos mais acima, é, por hipótese, um processo cognitivo operativo durante o processo de aquisição da linguagem, que, tomando como base uma lei (no nosso caso, a gramática universal) e um resultado (no nosso caso, o *corpus* 1), gera um caso (no nosso caso, a gramática 2) que nem sempre se alinha estrutural e parametricamente com a gramática 1, isto é, pode não haver (via erro de abdução) uma ligação direta entre a gramática 1 e a gramática 2, gerando descompassos (*mismatches*) e, em alguns casos, reparametrizações e mudança linguística.

De fato, como em Kroch (2001, p. 699): “language change is by definition a failure in the transmission across time of linguistic features”. Ainda assim, alguns estudos sobre aquisição da linguagem assumem tacitamente que a criança adquire uma gramática idêntica à dos pais; no entanto, tal premissa não explica o porquê da mudança linguística. É preciso, como afirma Roberts (2007), conceber o processo de aquisição de maneira um pouco mais “solta”, permitindo que o erro abdutivo assumira seu lugar.

Como Roberts (2007) argumenta, durante o processo de aquisição da linguagem, a criança apenas se *aproxima* da gramática parental, e não a adquire tal e qual, em forma de réplica. No entanto, tal aproximação, na maioria das vezes, se dá de forma tão eficiente que se torna uma réplica, de modo que os desencontros entre a gramática parental e a gramática dos adquirentes são uma exceção, ou, como formulado por Keenan (2002), respeitam o Princípio da Inércia, segundo o qual os acontecimentos permanecem como estão a menos que alterados por uma força externa¹³ ou a menos que decaiam. Na formulação mais especificamente linguística de Longobardi (2001), a mudança sintática só pode ser assumida pelo analista caso seja viável demonstrar que ela foi *causada*, isto é, caso se possa mostrar que ela é uma consequência plausível de outros tipos de mudança, sejam elas fonológicas, semânticas ou mesmo sintáticas, a tal ponto que a expressão do valor de um parâmetro torna-se ambígua no *input* fornecido pela geração parental, forçando a escolha da opção menos opaca (os conceitos de opacidade e ambiguidade serão vistos logo a seguir).

Mas quais são os traços linguísticos que mudam? Por que esses traços e não outros? Ao fazer perguntas como essas, estamos nos perguntando, de fato, a respeito da natureza e da origem do erro abdutivo (reanálise), bem como a respeito do seu escopo de atuação.

¹³ Roberts (2007) discute três possibilidades para o *modus operandi* dessas forças externas: contato interlinguístico; baseado em *cues* (DRESHER, 1999; LIGHTFOOT, 1999); ou baseado em morfologia. Quanto à questão do contato interlinguístico, casos de emigração, invasão, casamentos interétnicos e/ou uso de uma 2ª língua pela geração parental abrem a possibilidade de a criança ser exposta a PLD diferentes, o que é favorável a reanálises. A abordagem baseada em *cues* parte da ideia de que os adquirentes enxergam alguns “pedaços” dos PLD como pistas (*cues*) para a fixação do valor dos parâmetros. Dessa forma, para cada parâmetro existiria um valor *default* e um valor marcado, o qual é fixado caso haja determinadas *cues* nos PLD; se essas *cues* não existirem, o valor *default* é fixado. No que concerne à relação entre mudança paramétrica e morfologia, diversos casos mostram que a perda ou simplificação da morfologia flexional ou casual conduz a uma forte ambiguidade na expressão paramétrica. A questão candente para quem estuda mudança linguística, portanto, está em identificar quais são e como agem essas forças externas.

2.1.4.1.2 Quando e por que os parâmetros mudam? As noções de opacidade e ambiguidade

Os efeitos dos traços formais das categorias funcionais podem, em alguns casos e por diversos motivos – contato com outras línguas, questões morfológicas, questões fonológicas, em suma, as forças externas que vimos anteriormente –, acumular exceções e tornar alguns trechos do *input*, do ponto de vista da aprendizagem pelas novas gerações, *opacos*. A opacidade gera *ambiguidade* nos valores dos parâmetros, e existe a chance de, durante o processo de aquisição, optar-se pela representação estrutural mais simples e econômica – segundo uma hipótese de que a criança em processo de aquisição sempre “escolhe” as representações que requerem menor esforço (o que Roberts (2007) chama de “preferência pela simplicidade”) –, o que pode gerar uma reanálise.

De acordo com Roberts (2007, p. 233), a ambiguidade paramétrica é definida da seguinte forma: uma subparte de um *input* S é altamente ambígua no que concerne à expressão de um parâmetro p_i se e somente se uma gramática puder ter p_i fixado para qualquer valor e mesmo assim fornecer uma representação estrutural convergente para S . Assim, um *input* altamente ambíguo pode desencadear uma gramática com p_i fixado para qualquer valor. Por seu lado, um *input* fracamente ambíguo não expressa nenhum valor para p_i , desencadeando, portanto, uma gramática com nenhum valor fixado para tal parâmetro.

A noção de ambiguidade na expressão de parâmetros é muito importante para a teoria da mudança linguística, de modo que, como aponta Roberts (2007), sentenças fortemente ambíguas no que concerne à atribuição de um valor positivo ou negativo para determinado parâmetro (a depender da representação estrutural “escolhida” pelo módulo sintático) podem gerar a abdução de um *corpus* diferente do da geração parental, sempre sob restrições associadas a princípios da gramática universal e do terceiro fator.

Lightfoot (1979) define a opacidade em termos de complexidade: para a criança em fase de aquisição, dadas duas opções para o mesmo parâmetro, ela tenderá a fixar aquela que gere a representação estrutural menos complexa. Roberts e Roussou (2003), por seu turno, definem o conceito de complexidade em termos de traços formais: dadas duas representações estruturais, será mais complexa aquela que contiver mais traços formais.

Aquisição da primeira língua e a mudança linguística

Como argumentado em Roberts (2007) e conforme pode ser depreendido da discussão acima, apesar de ainda haver pouca evidência empírica, a origem da mudança paramétrica-sintática parece estar no processo de aquisição da linguagem. Desse modo, qualquer teoria sobre aquisição da linguagem é também, em certo sentido, uma contribuição à teoria sobre mudança sintática.

Na seção 2.1.1, mostramos que o processo de aquisição, na perspectiva chomskyana, é a passagem, via PLD, de um estado S_0 (um órgão da mente teoricamente compartilhado por toda a espécie humana, a gramática universal) para um novo estado, S_S , com parâmetros fixados, isto é, uma gramática em particular. No entanto, entre S_0 e S_S , há, como apontado em Roberts (2007), estágios intermediários – muito importantes para o estudo da mudança sintática – ao longo dos quais a competência linguística ainda não está totalmente amadurecida (o que se poderia chamar de competência imatura). Tais estágios, assim definidos, se diferenciam entre si por terem valores distintos atribuídos a diferentes parâmetros e por ainda não haver experiência suficiente para a fixação de alguns valores. Da mesma forma, em Guasti (2002), vemos que a ideia de que a competência linguística *amadurece* ao longo do processo de aquisição corrobora a expectativa de que a GU é programada geneticamente, pois, tal como o processo de caminhar, por exemplo, há estágios sucessivos (como engatinhar) já previstos geneticamente.

2.1.4.1.3 O papel do terceiro fator na mudança linguística paramétrica: macroparâmetros e microparâmetros

Como já discutimos na seção 2.1.2, o terceiro fator é um dos principais pilares do Programa Minimalista de pesquisa linguística, tendo ganhado, como destaca Biberauer (2008), grande destaque a partir de Chomsky (1995). Ele está envolvido, como veremos, com a compreensão da aquisição da linguagem e da mudança linguística.

Tal como abordado na seção 2.1.2, Chomsky sugere que, caso se queira minimalista, toda explicação linguística deve se submeter ao crivo do terceiro fator, isto é, todo e qualquer mecanismo implementado deve, em última instância, contribuir para satisfazer as condições de interface da forma mais eficiente possível. Nesse sentido, e de

acordo com Biberauer (2008), caso se queira responder verdadeiramente à questão sobre o papel da teoria de princípios e parâmetros na compreensão da variação sintática, é preciso se perguntar também sobre a *origem* dos parâmetros: eles estariam “desvalorados” (*unset*) na competência linguística ou apareceriam ao longo do processo de aquisição?

Richards (2008), retomando Chomsky (2008), lembra ainda que, do ponto de vista evolutivo, 60.000 anos (o tempo estimado para o surgimento da faculdade da linguagem na espécie humana) seriam insuficientes para o surgimento de um órgão mental sintático com uma grande diversidade de pré-especificações; logo, uma teoria da mudança linguística que se queira também biologicamente plausível e regulada pelo terceiro fator deve reduzir o número de princípios e parâmetros ao mínimo. Assim, a variação sintática, bem como as diferenças entre as línguas do mundo, não poderia mais estar determinada pela gramática universal e, respondendo ao questionamento de Biberauer (2008), os parâmetros deveriam ser fixados ao longo da aquisição da linguagem, como discutiremos a seguir.

Na perspectiva minimalista, a espécie humana possui um genoma com instruções específicas para uma faculdade de linguagem caracterizada por um conjunto de traços formais (e, talvez, as categorias C, T e *v*). Na interação com os PLD, esse conjunto de traços formais é submetido a uma seleção unitária e restrito a um subconjunto que define uma língua-I já parametrizada. No entanto, para garantir uma gramática universal minimamente especificada, estabeleceu-se, em alguns desenvolvimentos recentes da teoria paramétrica, a distinção, ainda muito debatida, como veremos mais à frente, entre micro e macroparâmetros.

Richards (2008) argumenta que os parâmetros resultantes da interação ativa da criança com os PLD são, em verdade, microparâmetros. Roberts (2012), por seu turno, entende o conceito de macroparâmetro como um agregado de microparâmetros; mais precisamente, os macroparâmetros decorrem de uma especificação uniforme para os traços de um grupo de núcleos funcionais, de modo que os macroparâmetros estariam no topo de uma rede paramétrica. O autor defende que essa especificação uniforme não é uma coincidência, mas expressão de um algoritmo de aprendizagem que tende a generalizar os dados fornecidos no *input*; isto é, se um valor marcado é atribuído a

determinado núcleo, haverá uma tendência a atribuir esse mesmo valor marcado para todos os núcleos parecidos.

Assim, a criança em fase de aquisição só optaria por uma “descida” na rede paramétrica – rumo a microparâmetros cada vez mais complexos e individualizados – caso os PLD contivessem uma instrução visível para tal.

Uma predição teórica interessante contida em Roberts (2012) é a de que, no eixo diacrônico, as línguas tenderiam a mudar rumo às partes mais altas da árvore paramétrica, considerando que a mudança linguística é movida por ambiguidade na expressão paramétrica e preferência pela opção mais simples, como vimos na seção 2.1.4.1.2. Além disso, quanto mais específico, individualizado e complexo for o microparâmetro em questão, mais fácil de ele mudar em direção a um mais simples; inversamente, quanto mais um microparâmetro estiver próximo do topo da árvore paramétrica, mais difícil haver reanálise e mudança.

No entanto, Richards (2008) apresenta uma tese alternativa para a origem dos macroparâmetros. O autor defende a hipótese segundo a qual os macroparâmetros – pelo menos alguns deles – seriam originários da interação entre a competência sintática e a interface fonológica. Segundo essa tese, a competência sintática *não* satisfaz as necessidades da interface fonológica de maneira ótima (de acordo com essa postura teórica, apenas a interface semântica molda o módulo sintático via princípio de interpretação plena).

Nessa linha de raciocínio, o mapeamento para a interface fonológica é imperfeito, o que abre possibilidade de variação, pois tal interface precisa “fazer o que pode” (o que RICHARDS, 2008, chama de *PF-repair strategies*) para linearizar uma representação estrutural teoricamente não linearizável, já que *Merge*, como vimos, cria conjuntos cujos membros são simétricos entre si e em que, portanto, a ordem linear não está codificada.

2.2 SÍNTESE DO CAPÍTULO E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A intenção por detrás deste capítulo não foi nem esgotar temas nem, muito menos, apresentar alguma novidade teórica. Com a rápida apresentação de alguns conceitos sintáticos, visamos trazer à luz os principais desenvolvimentos teóricos nos quais a nossa hipótese analítica se inspirou (capítulo 4).

Assim, o valor teórico de nossa hipótese, bem como suas inconsistências, deverá ser medido em relação ao quadro conceitual abordado. Os autores submetidos a uma leitura crítica, no próximo capítulo, basearam-se também, em maior ou menor grau de aprofundamento, nos desenvolvimentos teóricos anteriormente esquematizados.

3. O ESTADO DA ARTE DA CONSTRUÇÃO DE TÓPICO-SUJEITO NO PB

Apresentamos, a seguir, leituras críticas dos principais estudos gerativistas recentes que se debruçaram sobre o tema da construção de tópico-sujeito, buscando depreender, ao longo de todas elas, um percurso teórico que nos ajude a alcançar os objetivos aos quais esta dissertação se propõe (cf. 1.1). Para isso, dividimos as abordagens de acordo com os principais aspectos envolvidos na análise das construções de tópico-sujeito: relação entre topicalização e tópico-sujeito (3.1), estrutura argumental e semântica (3.2), concordância e natureza da posição de [Spec, TP] (3.3), Caso (3.4) e análises diacrônicas (3.5). Em 3.6, apresentamos uma breve discussão avaliativa.

3.1 GALVES (1998): O NÚCLEO DE PESSOA

O objetivo de Galves (1998) foi propor uma análise contrastiva, e pioneira, entre construções marcadamente topicalizadas, com retomada por um pronome-lembrete (17-18), e construções "pseudotransitivas", em que o DP pré-verbal não é interpretado nem como causa nem como agente do evento expresso pelo verbo, as construções de tópico-sujeito (19-20).

(17) Essa competência, ela é de natureza mental.

(GALVES, 1998, p. 29)

(18) Esta casa, bate muito sol nela.

(GALVES, 1998, p. 21)

(19) Esta casa bate sol.

(GALVES, 1998, p. 19)

(20) O relógio quebrou o ponteiro.

(GALVES, 1998, p. 20)

A autora enfatiza que, nas sentenças (19) e (20), não há nenhuma marca morfológica no verbo que indique a não projeção de um argumento externo, como acontece na passiva e na voz média. Ela observa que essa é uma peculiaridade do PB (e de línguas orientadas para o tópico), o qual autoriza construções como (21-23), só aceitáveis no PE mediante passivização dos verbos ou mediante o uso do "se".

- (21) A balança está consertando.
- (22) Carpete de madeira não encera.
- (23) A cueca de dinossauros do Calvin está lavando.

(GALVES, 1998, p. 19-20)

Para a explicação desse arranjo dos fatos, a autora realiza uma leitura de Chomsky (1995), a partir da qual formula uma crítica à exclusão de AGR do rol de categorias funcionais, propondo, como alternativa, que AGR seja compreendido como um parâmetro associado a categorias funcionais, determinando ou não a projeção de um especificador. A partir daí, ela sugere a parametrização de uma categoria funcional denominada Pessoa, a qual, segundo ela, seria [-V] e [-AGR] em PB e se posicionaria entre C e T, contando com traços- Φ não interpretáveis associados a V.

Sentenças topicalizadas, como (17) e (18), são descritas como adjunção, da expressão nominal à esquerda, à categoria de Pessoa (24). A checagem do traço [-V] de Pessoa é feita mediante o movimento de traços do pronome "ela", em [Spec, TP], após *Spell-Out*, para o núcleo de Pessoa.

- (24) [_{PersP} Essa competência [_{PersP} Φ_i [_{TP} ela_i é de natureza mental]]]

(GALVES, 1998, p. 21)

As sentenças de tópico-sujeito, representadas em (19) e (20), por seu turno, envolveriam o movimento de um DP para o especificador de Pessoa, pois, de acordo com Galves (1998), Pessoa herda de T o traço de AGR, já que os traços- Φ do verbo movem-se cobertamente para o núcleo de Pessoa, como é possível visualizar em (25).

- (25) [_{PersP} NP_j [_{PersP'} Φ_i [_{TP} V_i t_j]]]

(GALVES, 1998, p. 30)

Repare-se que, nessa representação, está ausente [Spec, TP], pois, segundo a autora, a não projeção do argumento externo em construções de tópico-sujeito implica, igualmente, a não projeção de [Spec, TP]. A concordância do NP pré-verbal com o verbo seria explicada pelo movimento, após *Spell-Out*, dos traços- Φ de V para o núcleo de Pessoa.

Como se verá no capítulo 4, adotamos, junto com outros autores que serão apresentados a seguir, posição distinta da defendida pela autora, já que consideramos que a concordância verbal só pode acontecer com o movimento para [Spec, TP]. No entanto, dessa análise nos aproximamos ao postularmos um núcleo funcional diferente

de C, T ou v para a análise do tópico locativo, além de supormos a existência de traços formais de Pessoa interpretáveis e não interpretáveis.

3.2 PROPOSTAS CANÔNICAS E NÃO CANÔNICAS PARA A ESTRUTURA ARGUMENTAL E SEMÂNTICA DE CONSTRUÇÕES DE TÓPICO-SUJEITO

Outros autores, por sua vez, ocuparam-se em formular uma implementação teórica para o processo de licenciamento das relações sintático-semânticas todo-parte (no tópico genitivo) ou continente-contido (no tópico locativo) que se estabelecem entre as duas expressões referenciais (possuidor/possuído; locativo/tema, respectivamente) envolvidas nas construções de tópico-sujeito; inevitavelmente, muitos deles discutem também as razões da não existência desse tipo de relação no PE em configuração de tópico-sujeito.

Como se verá, respectivamente, em 3.2.1 e 3.2.2, Lobato (2006) e Lunguinho (2006) postulam uma propriedade exclusiva do PB para explicar a interpretação das construções de tópico-sujeito: a bipartição de constituintes. Em 3.2.3, sob uma perspectiva estritamente sintática, discutimos a proposta de Munhoz (2011), para a qual os inacusativos de tópico genitivo são monoargumentais e os de tópico locativo, biargumentais – uma hipótese refutada por Andrade e Galves (2014), como discutiremos em 3.2.4, com base no conceito de núcleo relacional de Den Dikken (2006), cujo objetivo é explicar, a um só tempo, a semântica e a grade argumental dos inacusativos envolvidos em construções de tópico-sujeito.

3.2.1 Lobato (2006) e a bipartição de constituintes

Lobato (2006) propõe uma análise original para construções de tópico genitivo, apoiada pelo que ela chama de "semelhança acidental" com línguas ameríndias.

Considerando que a sentença (26b) é aceitável em PB, mas não em PE, a autora afirma que, à guisa de explicação para tal fato, somente o PB permitiria a bipartição, em subconstituíntes, do argumento interno de alguns verbos (o PE, por sua vez, só permitiria o movimento de argumentos completos).

(26) a. Furou o pneu do meu carro. (PE: OK; PB: OK)

b. O meu carro furou o pneu. (PE: *; PB: OK)

(LOBATO, 2006, p. 68)

Para a formação de (26b) a partir de (26a), o argumento interno de *furar*, em (26a), é bipartido, em PB, em dois subconstituintes: (i) aquele que representa o todo (o sintagma preposicional *do meu carro*, com a perda da preposição); e (ii) aquele que representa a parte (*o pneu*); (i) passa a ocupar a posição de sujeito e (ii) fica em sua posição original. Fica derivada, assim, nessa proposta, a sentença (26b).

3.2.2 Lunguinho (2006): o DP possessivo

Muito próxima da proposta de Lobato (2006) está a de Lunguinho (2006); mais aderida, por seu turno, aos pressupostos do Programa Minimalista, sobretudo à hipótese do núcleo T como sonda à procura de um alvo para desencadear a operação *Agree*.

O autor busca uma explicação sintática para o licenciamento dos constituintes nominais (sublinhados) em sentenças do tipo (i) *O pneu do carro* *furou* e (ii) *O carro* *furou* *o pneu*, que, apesar de terem o mesmo constituinte semântico responsável pela relação parte-todo entre os DPs (isto é, *carro* e a relação genitiva inalienável com *pneu*), contam, em um caso, com a presença da preposição genitiva *de*, e, no outro, prescindem dela.

Para explicar a possibilidade da relação genitiva sem a preposição *de*, parte-se da hipótese da possibilidade da partição de constituintes em PB (LOBATO, 2006) – e deriva-se a sentença (ii) lançando-se mão da ideia de um DP possessivo complexo, que, fundamentalmente, reinsere na derivação a relação de posse contida na preposição genitiva *de*; a partir, dessa vez, de uma configuração hierárquica em que o DP_{possuidor} (*o carro*) c-comanda o N_{possuído} (*o pneu*) (27).

Assim, em (ii), o argumento interno de *furar* seria, como esquematizado em (27), [DP_{possessivo} [DP_{possuidor} o carro] D' o [NP_{possuído} pneu]]. Resumidamente, durante a derivação, a sonda T buscaria o elemento imediatamente contido no DP_{possessivo}, o [DP_{possuidor} o carro], para checar seu traço EPP e seus traços- Φ . Assumindo que a checagem do EPP é feita mediante movimento para [Spec, TP], fica derivada, nessa proposta, *O carro furou o pneu*.

É de se notar, tanto na proposta de Lobato (2006) quanto na de Lunguinho (2006), que a postulação de uma propriedade exclusiva para o PB, a bipartição de constituintes, afasta, de certa forma, tais análises da adequação explanatória, a qual, como discutido no capítulo 2, requer que toda descrição e explicação linguísticas estejam, de alguma forma, conectadas ao terceiro fator. Em outras palavras, a bipartição de constituintes ou a existência de um DP possessivo complexo podem não estar formuladas de modo a satisfazer condições de interface. Seria necessário, em pesquisas futuras, investigar os traços formais e as categorias funcionais que licenciam, através de uma escolha paramétrica, tais operações sintático-semânticas.

3.2.3 *Contra a homogeneidade do tópico-sujeito: Munhoz (2011) e Munhoz e Naves (2012)*

Para Munhoz (2011), um ponto crucial para a análise das sentenças de tópico-sujeito, e para diferenciar tópico-sujeito genitivo de tópico-sujeito locativo, é o estudo da grade argumental dos verbos inacusativos. Para a autora, sob esse ponto de vista, apesar de nenhum inacusativo atribuir Caso acusativo, existiria um traço diferenciador no interior desse grupo de verbos: os monoargumentais, que licenciam as construções de tópico genitivo e admitem alternância causativa, e os biargumentais, que licenciam as construções de tópico locativo e não admitem alternância causativa.

Para além da apresentação dos estudos de Belletti e Rizzi (1988), Levin e Rappaport Hovav (1995) e Tortora (1996, 1997), que trabalham com inacusativos biargumentais em outros contextos, e o de Duarte (2003), consideramos, para os propósitos desta dissertação, que o argumento mais contundente para justificar a biargumentalidade de alguns inacusativos é o da extração QU- em ilhas fracas, que, como se sabe, autorizam apenas a extração de argumentos e não de adjuntos.

Com efeito, sentenças de tópico locativo permitem a formulação de questões em todos os casos de interrogativas indiretas (28a-f), enquanto que sentenças de tópico genitivo só autorizam a extração de um constituinte maior (29g).

- (28) a. O que_i (que) o motorista não sabe [se vai caber t_i no caminhão]?
 b. O que_i (que) o motorista não sabe [se t_i vai caber no caminhão]?
 c. O que_i (que) o motorista não sabe [se o caminhão vai caber t_i]?
 d. Onde_i/em que_i (que) o motorista não sabe [se vai caber toda a mudança t_i]?
 e. Onde_i/em que_i (que) o motorista não sabe [se toda a mudança vai caber t_i]?
 f. Onde_i/em que_i (que) o motorista não sabe [se t_i vai caber toda a mudança]?

(MUNHOZ, 2011, p. 81)

- (29) a. *O que o mecânico não sabe [se furou t_i do carro]?
 b. *O que o mecânico não sabe [se t_i do carro furou]?
 c. *O que o mecânico não sabe [se o carro furou t_i]?
 d. *Do que o mecânico não sabe [se furou o pneu t_i]?
 e. *Do que o mecânico não sabe [se o pneu t_i furou]?
 f. *O que o mecânico não sabe [se t_i furou o pneu]?
 g. O que o mecânico não sabe [se furou t_i]?

(MUNHOZ, 2011, p. 82)

Instituída, assim, a hipótese de que, em sentenças de tópico locativo, o inacusativo seleciona dois argumentos, Munhoz (2011), ao final de seu trabalho, propõe uma derivação (31) para uma sentença como (30) com base nas seguintes premissas:

- a. O verbo seleciona dois argumentos: <tema, locativo>;
 b. O locativo pode aparecer com ou sem preposição;
 c. vP não é projetado (não há argumento externo);
 d. Somente VP é projetado;
 e. O Caso do constituinte pós-verbal é nominativo, licenciado sintaticamente ou no componente morfológico, via Caso *default* (VIOTTI, 2005).

- (30) Essas malas cabem muita coisa.

(31)

(MUNHOZ, 2011, p. 120)

Na parte mais baixa da árvore, ou no início da derivação, o sintagma tema *muita coisa* – que adentra a derivação sem Caso a ser valorado e com nominativo *default* na interface morfológica – se concatena à raiz verbal de *caber*, que o toma como seu complemento. Em seguida, ao complexo V' se concatena o sintagma locativo *essas malas*, com um traço de Caso a ser valorado, formando o VP. A temporalidade da sentença entra, então, em ação, com um núcleo T com traços- Φ a serem interpretados e traço EPP a ser apagado; o núcleo-sonda T encontra o DP ativo e hierarquicamente mais próximo, o sintagma locativo *essas malas*, realiza com ele a operação *Agree* (interpretação dos traços- Φ), a qual (a) valora o Caso do DP locativo como nominativo e (b) satisfaz o traço EPP de T com o movimento de *essas malas* para [Spec, TP], ativando a concordância.

Nessa proposta, há, sob nosso ponto de vista, alguns pontos polêmicos a serem destacados:

a. Não fica explicado, em termos de economia derivacional, por que, na ausência de P na Numeração, o verbo se concatena primeiro ao argumento tema, obrigatoriamente; o contrário ocorrendo na contraparte preposicionada;

b. Considerando (a), acima, nada bloquearia uma derivação tal como (32), que, como se sabe, forma uma sentença agramatical em PB.

(32)

c. A derivação proposta em (31) parece não dar conta da interpretação topicalizada e locativa atribuída ao sintagma em [Spec, TP], já que a questão do papel temático não é endereçada.

Como se verá no capítulo 4, a nossa proposta não considera a existência de inacusativos biargumentais, mantendo-se aderida à tese construtivista de que raízes verbais só podem selecionar um único complemento (MARANTZ, 2013). Assim, pelos motivos expostos e diferentemente de Munhoz (2011), consideramos que o DP pré-verbal não é introduzido pelo verbo, mas por um núcleo aplicativo.

3.2.4 Andrade e Galves (2014)

O núcleo da implementação teórica proposta por Andrade e Galves (2014) toma como pontos de apoio as ideias contidas em Den Dikken (2006) sobre predicação secundária¹⁴ para retomar a estrutura argumental dos inacusativos.

¹⁴ A ideia de predicação, em Den Dikken (2006), tem estreita relação com o axioma de uma sintaxe de ramificação unicamente binária e com a existência de um RELATOR (núcleo não lexical, *placeholder* que pode ser realizado, ou não, por qualquer categoria funcional), de modo que todas as sentenças em uma língua natural teriam, abstraídas propriedades sintáticas específicas, a estrutura abaixo, estando [Spec, RP] e o complemento de R no domínio mínimo de R – o que autoriza a "troca" de posições de "sujeito" em posição de complemento e "predicado" em posição de sujeito.

Den Dikken (2006) define o conceito de predicação secundária, em oposição a uma predicação primária canônica, com base na ausência de um núcleo funcional T realizando fonologicamente o RELATOR que licencia as posições de sujeito e predicado. Assim, nas predicações secundárias, sujeito e predicado estabelecem uma relação que prescinde de um núcleo temporal, mas que demanda, por seu turno, um elemento de natureza diversa (v, Top, C etc.).

Como visto em 3.2.3, a chave explanatória de Munhoz (2011) e Munhoz e Naves (2012) para o tratamento das orações de tópico-sujeito em PB é a postulação de uma assimetria na grade argumental de verbos que ocorrem em orações de tópico genitivo (inacusativos monoargumentais) e de tópico locativo (inacusativos biargumentais) com base, entre outras, na evidência de que os primeiros permitem alternância causativa e os segundos, não (baseando-se em Levin e Rappaport-Hovav (1995), segundo as quais verbos que permitem alternância causativa selecionam apenas um argumento).

Andrade e Galves (2014) se posicionam, desde o início, contra essa assimetria. Segundo eles, ela torna "opaca" a relação entre a ocorrência em uma construção de tópico-sujeito e a grade argumental dos verbos envolvidos – em outras palavras, para esses autores, as construções de tópico-sujeito seriam uma espécie de suprafenômeno que determinaria a grade argumental dos verbos ali envolvidos.

Para além desse argumento, de natureza generalista, Andrade e Galves (2014) procuram demonstrar a sua hipótese em termos sintáticos. Em primeiro lugar, indicam que, pelo menos para o verbo "cair", que ocorre em construções de tópico genitivo, a alternância causativa parece não ser possível (cf. 33, 34 e 35).

- (33) A internet caiu a conexão.
- (34) *O João caiu a conexão da internet.
- (35) A conexão da internet caiu.

(ANDRADE E GALVES, 2014, p. 124)

Ainda com o intento de se opor à hipótese da assimetria argumental, Andrade e Galves (2014) questionam também os testes apresentados em Munhoz (2011) e Munhoz e Naves (2012) para sustentar a hipótese da assimetria argumental. São eles: apagamento de constituintes e restrições de movimento.

Quanto ao apagamento de constituintes, observa-se, no contraste entre (36) e (37), que a gramaticalidade em (36) é apenas aparente, pois que dependente de um contexto extralinguístico.

- (36) Furou o pneu (do carro).
- (37) Bate bastante sol *(nessa casa).

(ANDRADE E GALVES, 2014, p. 124)

Quanto às restrições de movimento, Andrade e Galves (2014), apesar de não questionarem diretamente os testes de deslocamento de tópico à esquerda, clivagem, tematização e extração QU- em ilhas fracas propostos em Munhoz (2011), apresentam contraexemplos (cf. 38-43) que, segundo eles, advogam a favor da sua proposta.

- (38) Quebrou [uma lanterna d[o carro]].
- (39) [O carro]_i quebrou [uma lanterna ec_i].
- (40) *[Uma lanterna] quebrou [ec_i o carro].
- (41) Cabe [muita gente] [nesse carro].
- (42) [(N)esse carro] cabe [muita gente].
- (43) [Muita gente] cabe [nesse carro].

(ANDRADE E GALVES, 2014, p. 133)

Em linhas gerais, Andrade e Galves (2014) pretendem mostrar, com esses exemplos, que, apesar de (39) ser possível, o que contraria a monoargumentalidade em inacusativos de tópico genitivo, (40), no entanto, é inaceitável; quanto às sentenças de tópico locativo, em (41)-(43), o movimento dos dois constituintes é possível – esses fatos, somados, apontam para contradições que a proposta dos autores pretende resolver.

3.2.4.1 A proposta

Tomando como viável a existência de uma predicação secundária e, como demonstrado em Den Dikken (2006), aceitando a impossibilidade teórica da existência de uma minioração “nua”, isto é, sem um núcleo funcional estabelecendo a assimetria entre os dois constituintes, Andrade e Galves (2014) transpõem essa formulação teórica para o tópico-sujeito em PB da seguinte forma: ao constatar que, em tais construções, se faz presente um verbo inacusativo cujo único argumento, portanto, só pode ser gerado na posição de complemento, entende-se que esse único argumento seja uma minioração nucleada por um núcleo funcional, o RELATOR. Veja-se, em (45), a representação arbórea da derivação de uma sentença como (44).

- (44) Essa casa bate sol.

Nessa implementação teórica, são pontos dignos de destaque: um RP (*relator phrase*, ou sintagma relacional; um subtipo de minioração), cujo núcleo, R, lexicalizado por incorporação de uma preposição não realizada foneticamente¹⁵, dá início à derivação; na posição de complemento, encontra-se o sintagma preposicional “essa casa”, cuja preposição (nula foneticamente) é incorporada, como já dito acima, ao núcleo R logo após a concatenação de R; na posição de especificador, encontra-se o NP “nu” *sol*, cujo Caso¹⁶ é atribuído pelo núcleo R + P. Note-se que, até aqui, RP não constitui uma fase. Em um segundo momento, a raiz verbal é concatenada, tomando como complemento todo o sintagma relacional, em consonância com a sua definição mais elementar de verbo inacusativo. Finda a etapa lexical, entra em ação a temporalidade, com a concatenação de um núcleo T, ao qual se adjunge a raiz verbal; por fim, o DP “essa casa”, único DP ainda ativo na derivação, pois possui um traço de Caso a ser checado, é detectado pela sonda T e alçado à posição de [Spec, TP], onde ativa a concordância com o verbo e recebe Caso nominativo.

¹⁵ Em Den Dikken (2006, p. 15), lança-se a hipótese, retomada na implementação teórica proposta por Andrade e Galves (2014), de que o RELATOR é um núcleo funcional *abstrato*, podendo ser “ocupado” por qualquer categoria funcional apta a estabelecer uma relação de c-comando assimétrico entre dois constituintes.

¹⁶ Não fica claro, na proposta apresentada pelos autores, qual Caso seria esse.

3.2.4.1.1 Argumentos favoráveis do ponto de vista interpretativo-semântico

Sustentando a proposta apresentada, Andrade e Galves (2014) relacionam algumas evidências semânticas que, nos parece, são as mais fortes na defesa do seu ponto de vista a respeito da monoargumentalidade dos inacusativos em construções de tópico-sujeito:

1. Os verbos desse tipo de construção parecem envolver uma minioração que coloca os seus dois termos em uma relação estruturalmente muito parecida: a possessão inalienável do tópico genitivo, diferente, por seu turno, de uma posse adverbial (traduzida por um PP adjungido ao NP) ou de uma possessão alienável (traduzida pela presença de um sintagma possessivo), deixa o constituinte possuidor no mesmo nível hierárquico do constituinte possuído, ambos permanecendo com o mesmo Caso (tal fato é explicitado, morfologicamente, no grego, em que, em casos de possessão inalienável, os dois membros são marcados com Caso acusativo¹⁷). A relação continente-contido do tópico locativo, à semelhança da possessão inalienável, é uma relação de modificação interna em que os dois membros da predicação encontram-se no mesmo nível hierárquico; uma consequência semântica disso é a de que os verbos do tópico locativo não injetam dinamismo no evento implicado, o qual não apresenta um ponto de partida ou de chegada, assim como a sentença da qual fazem parte não permite uma leitura perfectiva ou eventiva. Verbos de interpretação locativa que não selecionam minioração permitem, por sua vez, a injeção desse dinamismo.

Evidência translinguística é oferecida pelos autores quando se mostra que, em alemão, modificadores internos apresentam uma ordem mais fixa se comparados a modificadores externos¹⁸.

¹⁷ Na sentença (a), em que os termos “akri” e “to potami” estão em uma relação de possessão inalienável – o rio e sua margem –, ambos são marcados com Caso acusativo. Na sentença (b), em que há uma relação de posse alienável entre “to vivlio” e “tu Niku”, um homem e seu livro, os Casos são marcados de forma assimétrica (acusativo e genitivo).

(a) piga s-tin akri to potami
went.1SG to-the edge.ACC the.ACC river.ACC
‘I went to the edge of the river.’

(b) pira to vivlio tu Niku
took.1SG the.ACC book.ACC the.GEN Niko.GEN
‘I took Niko’s book.’

(ANDRADE E GALVES, 2014, p. 126)

¹⁸ Na sentença (a), o PP “vor dem Capitol” e o DP “die Marseillaise” estabelecem entre si uma relação de modificação externa, o PP adjungindo-se externamente ao VP para localizar o evento e colocar um ponto de chegada para a ação. Na sentença (b), o PP “auf den Schultern” e o DP “den Torschützen” são gerados dentro do VP – e o PP, devido à sua posição de modificador interno, não localiza o evento

2. A possibilidade, aparentemente universal, de se codificar apenas dois tipos de relação – espacial e possessiva (integralidade) – em miniorações.

3. Os autores demonstram que, em sentenças de tópico locativo ou genitivo, assim como em qualquer sentença que envolva uma minioração, o numeral não pode ser alçado da sua posição mais baixa e obter escopo sobre o quantificador, em posição mais alta. Veja-se o exemplo com o tópico locativo em (46).

(46) Todas as vans cabem seis alunos.

(ANDRADE E GALVES, 2014, p. 132)

Em (46), a leitura em que o DP “seis alunos” tem escopo sobre “todas as vans” não é possível.

Apesar de a hipótese de Andrade e Galves (2014) contar com argumentos contundentes, defendemos, nesta dissertação, que a análise do tópico-sujeito não precisa envolver nem miniorações nem movimentos longos, como se verá no capítulo 4.

3.3 CONCORDÂNCIA E A POSIÇÃO DE [SPEC, TP] NAS CONSTRUÇÕES DE TÓPICO-SUJEITO

Outra maneira de aproximação das construções de tópico-sujeito nos últimos anos tem sido por meio da discussão sobre a natureza do movimento de um dos constituintes para a posição pré-verbal; nesse sentido, Munhoz (2011), tal como apresentado em 3.3.1, elabora argumentos favoráveis à ideia de essa posição pré-verbal ser [Spec, TP]; Avelar e Galves (2011), cujo trabalho é apresentado em 3.3.2, tomam o exemplo das construções de tópico-sujeito como um dos argumentos favoráveis à hipótese de o PB, à diferença do PE, ter se tornado uma língua cujo estatuto do EPP é Φ -independente; e Nunes (2016), por fim, analisa os paradigmas de concordância em contextos de hiperalçamento (3.3.3).

maior (o carregamento do goleador) nem lhe imprime um ponto de início ou fim. A ordem de palavras no alemão, como se vê nas sentenças (a) e (b), é sensível a esses dois tipos de modificação.

(a) Paul hat {[PP vor dem Capitol]} [DP die Marseillaise] {[PP vor dem Capitol]} gesungen
 P. has {in front of the Capitol} the Marseillaise {in front of the Capitol} sung.
 ‘Paul sung the Marseillaise in front of the Capitol.’

(b) Die Spieler haben {[PP auf den Schultern]} [DP den Torschützen] {[PP auf den Schultern]}
 getragen
 the players have {on the shoulders} the scorer {on the shoulders}
 carried

‘The players have carried the scorer on their shoulders.’

(ANDRADE E GALVES, 2014, p. 128)

3.3.1 O estatuto do DP pré-verbal nas construções de tópico-sujeito: Munhoz (2011)

Para se opor à tese de que, em construções de tópico-sujeito, o DP à esquerda do verbo estaria em uma posição acima de [Spec, TP], Munhoz (2011) apresenta alguns argumentos que, por sua relevância para esta dissertação e sobretudo para a nossa hipótese, são retomados a seguir.

1. Em primeiro lugar, aponta-se o dado mais visível de tais construções, a presença da concordância (47a-d).

- (47) a. Essas casas batem sol.
 b. *Essa casa batem muitos raios de sol.
 c. Os jasmins amarelaram a ponta.
 d. *O jasmim amarelaram as pontas.

(MUNHOZ, 2011, p. 38)

2. Caso apareça em orações coordenadas, o sintagma inicial de uma construção de tópico-sujeito pode ser coindexado a uma posição de sujeito nulo na oração à direita (48a-d).

- (48) a. Essas casas_i batem bastante sol, mas não cv_i possuem sistema de captação de energia solar.
 b. *Essa casa bate muitos raios de sol_i, mas não cv_i secam a roupa direito.
 c. O jasmim_i amarelou as pontas e cv_i embelezou o jardim.
 d. *O jasmim amarelou as pontas_i e cv_i embelezaram o jardim.

(MUNHOZ, 2011, p. 38)

3. Além disso, a posição à esquerda do verbo em construções de tópico-sujeito pode ser coindexada a uma categoria vazia desempenhando papel de sujeito em uma oração adjungida (49a-b).

- (49) a. Essas casas_i batem bastante sol porque cv_i ficam distantes das árvores.
 b. *Essas casas batem bastante sol_i porque cv_i ilumina a tarde toda.

(MUNHOZ, 2011, p. 39)

4. Os DPs pré-verbais das construções de tópico-sujeito controlam a interpretação de PRO em infinitivas encaixadas, à maneira dos sujeitos tradicionais (50a-e).

- (50) a. A Sarinha nasceu dente antes de atingir a idade certa.

- b. A Sarinha nascer dente antes de atingir a idade certa prejudicou o desenvolvimento dela.
- c. A Sarinha está ansiosa pra nascer dente logo.
- d. Essa casa é ótima por bater sol de manhãzinha e estar bem localizada.
- e. O jasmim está suscetível de não amarelar as pontas neste inverno.

(MUNHOZ, 2011, p. 40)

Esses quatro argumentos mostram que, em construções de tópico-sujeito, o DP à esquerda do verbo está na mesma posição que [Spec, TP]. Na formulação de nossa hipótese (capítulo 4), assumiremos como correta a ideia de que o DP locativo move-se para [Spec, TP], desencadeando concordância.

3.3.2 Avelar e Galves (2011): implementações teóricas de Chomsky (2008) e Holmberg (2010): Φ -independência do núcleo T no PB

Em Avelar e Galves (2011), com base em Holmberg (2010) e Chomsky (2008), considera-se a hipótese – em favor da ideia de um "tópico não argumental" – de que, no PB, diferentemente do PE e da maioria das línguas românicas e à semelhança de línguas como o islandês, o estatuto EPP de T (EPP_T) seria Φ -independente. Daí decorreria que categorias não argumentais poderiam se mover para [Spec, TP], posição que passa a ser tratada como A', em consonância com a ideia de que posições A são criadas para satisfazer requerimentos relacionados aos traços- Φ .

Seguindo a proposta de Chomsky (2008) de que T herda traços- Φ não interpretáveis de C, os autores consideram a suposição de que, em línguas com EPP_T Φ -independente, o [Spec, TP] é concatenado à estrutura *antes* de T herdar os traços- Φ não interpretáveis de C, ou seja, logo que T é gerado e antes da concatenação de C. Em outras palavras, o EPP é intrínseco a T.

Dessa perspectiva, os autores, para explicar a 1ª fase derivacional de uma sentença como (51), agramatical em PE, esquematizam o processo como em (52a), para o PE, e como em (52b), para o PB.

- (51) Os carros furaram o pneu. (PB: OK; PE: *)

(AVELAR E GALVES, 2011, p. 49)

(52) a. PE

b. PB

Repare-se que, em (52a), a posição [Spec, TP] não é projetada, já que, segundo os autores, o estatuto EPP de T, em PE, é dependente dos traços- Φ herdáveis de C, que só é concatenado na 2ª fase derivacional. Daí decorre que o DP "os carros", nessa língua, não pode sair da posição de [Spec, DP] (de onde, teoricamente, deve se mover em uma sentença de tópico-sujeito); diversamente do que acontece em PB, língua na qual o especificador da projeção de tempo já está criado no primeiro passo derivacional, posição para a qual, portanto, o DP "os carros" se move para checar seu traço de Caso nominativo.

No 2º passo derivacional, quando ocorre a concatenação de C (53a-b), os traços- Φ não interpretáveis de C, em PB, são valorados diretamente contra [Spec, TP], sendo posteriormente transferidos para T; em PE, por seu turno, a valoração precisa ser feita

contra o DP mais próximo, em termos de c-comando, de T, que, na sentença em questão, é aquele representado por "o pneu dos carros": singular, 3ª pessoa. Desse modo, a posição de especificador assim criada só pode alojar DPs com traços- Φ de singular e 3ª pessoa, condição que explica a agramaticalidade da sentença (51) em PE.

(53) a. PE

b. PB

3.3.2.1 Crítica ao pressuposto teórico de Avelar e Galves (2011): Nunes (2016)

Nunes (2016), depois de uma longa argumentação a respeito dos paradigmas de concordância no PB à luz dos pressupostos da economia derivacional (cf. 3.3.3 e 3.4.1), faz algumas observações pertinentes sobre Avelar e Galves (2011).

O autor considera inviável assumir, para o PB, a Φ -independência do núcleo T em relação ao EPP e, conseqüentemente, a concepção de [Spec, TP] como uma posição A'. Em defesa de sua posição, ele mostra que o contraste A/A' explica, por exemplo, a disponibilidade da leitura idiomática no PB: com base em Martins e Nunes (2005), argumenta-se que ela resiste ao hiperalçamento do sujeito (54a), mas não ao

hiperalçamento do tópico (54b e 55b) (MARTINS E NUNES, 2010), o que aponta para o fato de que existe uma distinção importante, no PB, entre o domínio de T e o domínio de Top.

- (54) a. [O circo]_i parece que [TP t_i vai pegar fogo] (leitura idiomática: OK)
 b. [O circo]_i parece que [TopP t_i [TP ele vai pegar fogo]] (leitura idiomática: não)

- (55) a. O João abotoou o paletó. (leitura idiomática: OK)
 b. [O paletó]_i, o João abotoou (ele). (leitura idiomática: não)

(NUNES, 2016, p. 114)

Além disso, o contraste A/A' explica, por exemplo, a agramaticalidade de (56b), em que o adjunto cruza uma posição A', e, em contraste, a gramaticalidade de (56a), em que o movimento do adjunto não é bloqueado pelo sujeito hiperalçado.

- (56) a. Como_k [as meninas]_i pareciam que [TP t_i iam se vestir t_k]]?
 b. *Como_k [as meninas]_i pareciam que [TopP t_i [TP elas iam se vestir t_k]]?

(NUNES, 2016, p. 130)

Assim, pelos argumentos expostos, iremos, em nossa hipótese (capítulo 4), concordar com Nunes (2016) na consideração de que a existência do tópico-sujeito não é argumento suficiente para a reformulação do estatuto de [Spec, TP] em PB.

3.3.3 *Os paradigmas de concordância e questões para a economia derivacional:*

Nunes (2016)

Nunes (2016) detém-se sobre os desafios que os paradigmas de concordância observados em sentenças de tópico-sujeito (com especial ênfase aos contextos de alçamento e hiperalçamento) lançam para a teoria minimalista, sobretudo no que tange à economia derivacional (CHOMSKY, 1995), que postula que, se duas derivações forem iniciadas pela mesma Numeração, puderem ser consideradas convergentes e envolverem os mesmos passos derivacionais até o momento da comparação, o componente sintático bloqueará a opção menos econômica.

Dessa forma, diante de um grupo de sentenças como (57), aceitáveis, como se sabe, em PB, surgem, de acordo com Nunes (2016), duas questões importantes para a teoria minimalista: o que explica a aparente opcionalidade da concordância, em um

suposto "vale-tudo", do verbo com o tópico ou com o sujeito? Por qual motivo a contraparte em que não há movimento ("Parece que essa gaveta cabe muita coisa") não bloqueia todas as sentenças de (57)?

- (57) a. Essas gavetas **parecem** que **cabem** muita coisa.
 b. Essas gavetas **parecem** que **cabe** muita coisa.
 c. Essas gavetas **parece** que **cabem** muita coisa.
 d. Essas gavetas **parece** que **cabe** muita coisa.

(NUNES, 2016, p. 119)

Nunes (2016), no entanto, observa que as sentenças de (57) podem ser analisadas, diversamente, como constituídas de subarranjos lexicais distintos (58-61), o que invalida comparações do ponto de vista da economia derivacional.

(58) a. $N_1 = \{\{C, T_{[P,N]}, \text{parece-}\}, \{\text{que, essas, gavetas, } T_{[N]}, \text{cabe-}, \text{muita, coisa}\}\}$

b. $[_{TP} [\text{essas gavetas}]_i \text{ parecem } [\text{que } [_{TP} t_i \text{ cabem muita coisa}]]]$

(59) a. $N_2 = \{\{C, T_{[P,N]}, \text{parece-}\}, \{\text{que, Top, essas, gavetas, } pro_{expl}, T_{[P,N]}, \text{cabe-}, \text{muita, coisa}\}\}$

b. $[_{TP} [\text{essas gavetas}]_i \text{ parecem } [\text{que } [_{TopP} t_i [_{TP} pro_{expl} \text{ cabe muita coisa}]]]]]$

(60) a. $N_3 = \{\{C, Top, pro_{expl}, T_{[P,N]}, \text{parece-}\}, \{\text{que, essas, gavetas, } T_{[P,N]}, \text{cabe-}, \text{muita, coisa}\}\}$

b. $[_{TopP} [\text{essas gavetas}]_i [_{TP} pro_{expl} \text{ parece } [_{CP} t_i \text{ que } [_{TP} t_i \text{ cabem muita coisa } t_i]]]]]$

(61) a. $N_4 = \{\{C, Top, essas, gavetas, pro_{expl}, T_{[P,N]}, \text{parece-}\}, \{\text{que, } pro_{expl}, T_{[P,N]}, \text{cabe-}, \text{muita, coisa}\}\}$

b. $[_{TopP} [\text{essas gavetas}] [_{TP} pro_{expl} \text{ parece } [\text{que } [_{TP} pro_{expl} \text{ cabe muita coisa}]]]]]$

(NUNES, 2016, p. 120)

Na derivação (58), usada para explicar (57a), existe, de acordo com essa proposta, hiperalçamento do sujeito, já que o T da encaixada é defectivo¹⁹ e não há

¹⁹ Nunes (2016) assume a implementação de Nunes (2008a) para a proposta de Ferreira (2000, 2009), segundo a qual o PB contaria com T's defectivos, isto é, T's associados apenas a um traço de número e incapazes de atribuir nominativo, de modo que o DP em seu especificador pode continuar se movendo rumo ao especificador de um T não defectivo, isto é, com traços de número e pessoa:

$[Eles_i T_{[P,N]} \text{ parecem que } [_{TP} t_i T_{[N]} \text{ compraram um carro novo}]]$

expletivo disponível na Numeração. Em (59), proposta para (57b), observar-se-ia hiperalçamento do tópico²⁰ para o [Spec, TP] da matriz²¹, já que o T da encaixada está definido para os traços de número e pessoa e há um expletivo ocupando o [Spec, TP] da encaixada. Em (60), ilustrativa de (57c), o T da encaixada também não é defectivo, mas há um expletivo e um núcleo tópico apenas no subarranjo da matriz, de modo que o DP "essas gavetas" se move de [Spec, TP] para [Spec, TopP], passando por [Spec, CP]. Em (61), por fim, representativa de (57d), o autor propõe um expletivo em cada um dos subarranjos, de modo que o DP "essas gavetas" aparece apenas no [Spec, TopP] da principal.

Em seguida, o autor apresenta o que ele considera evidência independente para as derivações formuladas, a qual avaliaremos criticamente na seção 3.4.1, além de discutirmos o trabalho de Nunes (2016) como um todo, cotejando-o com a nossa própria hipótese.

3.4 O CASO NAS SENTENÇAS DE TÓPICO-SUJEITO

As sentenças de tópico-sujeito lançam uma série de desafios para a teoria de Caso da sintaxe gerativista. À parte pesquisadores que consideram, sem maiores discussões, que o DP à direita do verbo entraria na derivação sem traço de Caso a ser valorado (ANDRADE E GALVES, 2011) e os que consideram a possibilidade de um nominativo *default* (MUNHOZ, 2011), Nunes (2016), tal como mostraremos a seguir, tem uma proposta original baseada na possibilidade do Caso inerente.

3.4.1 Nunes (2016): caso inerente

Depois de discutir e oferecer explicações para os diversos paradigmas de concordância apresentados por sentenças de tópico-sujeito em contextos de alçamento (3.3.3), Nunes (2016) passa a discutir a estrutura argumental dos verbos envolvidos e a

(NUNES, 2016, p. 111)

²⁰ Movimento proposto em Martins e Nunes (2010), em que se argumenta que estruturas de redobro de sujeito, quando encaixadas em uma sentença cujo verbo principal é de alçamento, podem ter seu constituinte tópico movido para o [Spec, TP] da sentença matriz, à semelhança dos contextos de hiperalçamento do sujeito.

²¹ No caso de sentenças com tópico encaixado, Nunes (2016) considera que a entrada na relação de *Agree* com o T da matriz é opcional, dependente da presença de uma sonda hierarquicamente superior e ativa (i); caso ela não exista ou esteja inativa, o DP associado ao tópico recebe Caso *default* (ii) e permanece *in situ*.

(i) [[Esses livros]_i T_[P, N] parecem que [_{TopP} t_i [_{TP} o autor T_[P, N] é desconhecido]]]

(ii) [_{pro_{expl}} T_[P, N] parece que [_{TopP} [esses livros]_{dfnt} [_{TP} o autor é desconhecido]]]

(NUNES, 2016, p. 111-112)

razão pela qual apenas um dos constituintes nominais se move. Com esse intuito, ele retoma sentenças de tópico-sujeito sem alçamento (63b e 64b), além das contrapartes de deslocamento à esquerda com resumptivo (65a e 66a) e sem resumptivo (63a e 64a), e as construções inacusativas canônicas (62).

- (62) a. Quebrou o ponteiro dos relógios.
b. Cabe muita coisa nessas gavetas.
- (63) a. Os relógios, quebrou o ponteiro.
b. Os relógios quebraram o ponteiro.
- (64) a. Essas gavetas, cabe muita coisa.
b. Essas gavetas cabem muita coisa.
- (65) a. [Os relógios]_i, quebrou o ponteiro deles_i
b. *[Os relógios]_i quebraram o ponteiro deles_i
- (66) a. [Essas gavetas]_i, cabe muita coisa nelas_i
b. *[Essas gavetas]_i cabem muita coisa nelas_i

(NUNES, 2016, p. 122)

Começa-se analisando as sentenças de tópico-sujeito em contraposição às inacusativas canônicas. Da premissa de que a preposição é o resultado da atribuição opcional de um Caso inerente (tenha sido ele atribuído por um nome, como em (62a), tenha sido ele atribuído por um verbo, como em (62b)), o autor supõe, considerando essa opcionalidade, que, se a preposição está ausente, como em (63b) e (64b), o genitivo "os relógios" e o locativo "essas gavetas" se movem para uma posição mais alta, pois que são encontrados pela sonda T, tal como esquematizado em (67).

- (67) [T [VP quebra- [DP o ponteiro [DP os relógios]]]]
|-----|
[T [VP [muita coisa] [V' cabe- [DP essas gavetas]]]]
|-----|

(NUNES, 2016, p. 123)

O movimento tanto do locativo quanto do genitivo para [Spec, TP] não viola condições de minimalidade, pois, segundo o autor, os DPs "o ponteiro", em (63b), e "muita coisa", em (64b), estão marcados por Caso inerente por seus respectivos verbos, o que os impede de serem contabilizados como intervindo em movimento.

Quanto à questão da impossibilidade da concordância nas sentenças com deslocamento à esquerda (65b e 66b), argumenta-se com base no fato de que, na presença do pronome resumptivo "deles" ou "nelas", só resta ao genitivo ou ao locativo, respectivamente, serem concatenados na posição de [Spec, TopP] e receberem Caso *default*, de onde não podem ser alcançados pela sonda T, cujo EPP é checado por um expletivo.

O trabalho de Nunes (2016) é interessante, no tocante à questão dos paradigmas de concordância, por mostrar, com rigor e adesão às teses minimalistas, que o tópico-sujeito envolve, de fato, o movimento de um constituinte para [Spec, TP], à exceção dos casos em que tal posição é ocupada, segundo o autor, por um expletivo. No entanto, a discussão sobre a grade argumental dos inacusativos envolvidos nesse tipo de construção aproxima, de forma quase simétrica, as sentenças de tópico-sujeito das suas contrapartes preposicionadas, algo que não parece se justificar, haja vista a diferença de interpretação entre os dois tipos de sentença (para argumentos a favor dessa diferença, veja-se o capítulo 4). Acreditamos que essa aproximação decorra do fato de se considerar, no trabalho do autor, que certos verbos podem atribuir, de forma idiossincrática, caso inerente ora ao seu complemento, ora ao seu especificador. De forma diversa, buscamos, em nossa hipótese teórica, homogeneizar a estrutura inacusativa, tornando-a mais previsível e evitando o uso da posição [Spec, VP].

3.5 ANÁLISES DIACRÔNICAS

Uma das importantes questões que se colocam quando o sintaticista se depara com sentenças de tópico-sujeito em PB é o motivo de elas não serem possíveis em PE, pelo menos em casos em que a concordância é ativada. Do ponto de vista diacrônico, a pergunta que pede uma resposta é: qual mudança paramétrica e/ou reanálise explicariam essa diferença?

Com esse espírito, nesta seção apresentamos três propostas para tratar de aspectos comparativos e diacrônicos para o desenvolvimento das construções de tópico-sujeito no PB. A primeira delas é a de Torres Morais (2015) (3.5.1), que, como retomado em Andrade e Galves (2014), busca associar a produtividade do tópico genitivo às mudanças históricas já comprovadas no PB.

Costa (2010b) (3.5.2) e Kato (2015) (3.5.3), por sua vez, superando, em certo sentido, a hipótese inicial aventada em Pontes (1987), tomada como viável por muitos pesquisadores até então, apresentam alguns argumentos e evidências empíricas com o objetivo de refinar a discussão a respeito das diferenças entre o PB e o PE. Costa (2010b) descarta de maneira radical a hipótese segundo a qual o PB seria uma língua de configuracionalidade discursiva; Kato (2015), por seu turno, problematiza essa ideia e propõe a colocação da questão no campo da lógica e da semântica, associada que está à mudança no parâmetro do sujeito nulo.

Acreditamos que o estudo de autores com abordagens diacrônicas é crucial para a formulação de nossa hipótese analítica, pois que ajudará a ancorar a abordagem formal em fatores da história da língua.

3.5.1 A perda dos dativos de posse e uma estratégia inovadora para a expressão da posse externa no PB: Torres Morais (2015)

A proposta do trabalho de Torres Morais (2015) é implementar uma análise segundo a qual o advento do tópico genitivo seria explicado como uma nova estratégia para a expressão da posse externa dativa no PB. O raciocínio é desenvolvido da seguinte maneira: apresenta-se uma derivação para a posse externa dativa com inacusativos (3.5.1.1) e, em seguida, com base em trabalhos histórico-diacrônicos que comprovam a perda dos pronomes clíticos dativos de 3ª pessoa e a substituição da preposição *a* pela preposição *para*, mostra-se como o PB se reconfigurou para preencher a lacuna deixada

por essas perdas e substituições, propondo-se uma derivação para as sentenças de tópico genitivo (3.5.1.2), com base em uma implementação dos núcleos aplicativos de Pylkannen (2008).

3.5.1.1 Proposta para a posse externa dativa

A autora parte do fato de que a construção de posse externa dativa expressa, nos contextos de verbos ditransitivos, dinâmicos e estativos, uma relação possuidor-possuído entre um argumento verbal – o objeto direto (possuído) – e o objeto indireto (possuidor), morfologicamente codificado com Caso dativo, tanto na forma pronominal (na 3ª pessoa, os clíticos *lhe/lhes*) como na forma não pronominal, introduzido pela preposição *a* (TORRES MORAIS, 2013; TORRES MORAIS, SALLES, 2016). Os exemplos em (68) ilustram os contextos ditransitivos:

- (68) a. O Pedro beijou [as mãos] [à Maria]/beijou-[*lhe*] [as mãos].
 b. O professor elogiou [as provas] [aos alunos]/ elogiou-[*lhes*] [as provas].

As construções de possuidor externo alternam com as construções genitivas (69).

- (69) a. O Pedro beijou [as mãos da Maria]/[as mãos dela].
 b. O professor elogiou [as provas dos alunos]/[as provas deles].

Torres Morais (2015) observa ainda que a posse externa dativa alcança os predicados inacusativos (70).

- (70) a. Caíram [as folhas] [às árvores]/Caíram-[*lhe*] [as folhas].
 b. Nasceu [o dente] [ao bebê]/Nasceu-[*lhe*] [o dente].

Da mesma forma, obtém-se a alternância genitiva (71), instanciando as ordens VS e SV:

- (71) a. Caíram [as folhas das árvores]/[As folhas das árvores] caíram.
 b. Nasceu [o dente do bebê]/[O dente do bebê] nasceu.

Levando esses fatos em consideração, propõe-se, para uma sentença como (72), a derivação em (73).

- (72) Furou-*lhe* o pneu (*lhe* = ao carro)

Segundo a autora, a posse externa dativa com predicados inacusativos envolve uma estrutura de aplicativo baixo. O verbo seleciona um único argumento interno, realizado não como um DP, mas sim como um sintagma aplicativo (ApplP). O núcleo aplicativo, um núcleo relacional, é projetado abaixo da raiz verbal e denota uma relação semântica de posse entre duas entidades: o DP tema e o argumento aplicado. O núcleo aplicativo introduz o argumento aplicado no seu especificador e atribui a ele um papel temático (possuidor) e Caso dativo inerente, expresso morfologicamente (ROBERTS, 2007); portanto, inativo para as relações de checagem. O DP tema (= o pneu) valora o Caso nominativo na relação sonda-alvo, por concordância (*Agree*) com T²².

3.5.1.2 A perda da construção de posse externa dativa

Ora, como se sabe, trabalhos históricos de natureza quantitativa sobre o PB revelam nitidamente a perda dos pronomes clíticos dativos de 3ª pessoa, paralela à substituição da preposição *a* pela preposição *para*, afetando sintaticamente a expressão do objeto indireto (OI) nas sentenças com verbos ditransitivos (TORRES MORAIS E BERLINCK, 2007, 2009; TORRES MORAIS E SALLES, 2010, entre outros). Da mesma forma, contextos inacusativos são atingidos. Com a perda da expressão morfológica dos argumentos dativos, o núcleo aplicativo baixo atribuidor de Caso deixa de ser ativado e a construção de posse genitiva se torna a única opção.

²² Vale destacar que, para a posse interna genitiva, em sentenças como "Furou o pneu do carro", Torres Morais (2015) supõe que não haveria, nesse caso, núcleos aplicativos, sendo o constituinte "o pneu do carro" gerado em um único DP.

Com base nessas perdas, Torres Morais (2015) afirma que a construção de tópico-sujeito genitivo representa uma estratégia inovadora para a expressão da posse inalienável (externa) dativa, por duas propriedades: (i) embora ative um núcleo aplicativo que introduz o DP possuidor, não há atribuição de Caso inerente, devido à perda da morfologia dativa; (ii) o DP possuidor, e não o DP possuído, justamente por ainda estar ativo sintaticamente, move-se para a posição de sujeito [Spec TP], onde valoriza o seu traço de Caso nominativo na relação *Agree* com T. Nessa operação, são valorados os traços- Φ não interpretáveis de T e ativada a concordância verbal. Os passos mais relevantes da derivação estão representados em (74).

Apesar das inovações, a autora afirma que a construção de tópico-sujeito conserva um aspecto semântico das construções de posse externa dativa, a saber: o argumento possuidor é interpretado como um “participante envolvido”. No caso das inacusativas, o “envolvimento” decorre da relação entre o DP que expressa o todo/o possuidor e o DP inalienável, por intermédio do núcleo aplicativo baixo. Essa mesma interpretação não se codifica na construção de posse interna genitiva.

3.5.2 Costa (2010b): a variação é microparamétrica

Assumindo uma posição teórica segundo a qual a componente sintática é autônoma e que elementos de natureza discursiva operariam apenas após *Spell-Out*,

além de considerar desejável que a variação paramétrica esteja restrita aos traços formais dos núcleos funcionais, Costa (2010b) apresenta argumentos teóricos e evidências empíricas contra a ideia, defendida por pesquisadores como Pontes (1987), Duarte (2004) e Duarte e Kato (2008), de que o PB, à diferença do PE, estaria se tornando uma língua orientada para o discurso, isto é, uma língua de tópico-comentário.

Costa (2010b) organiza a sua exposição com a retomada de seis argumentos comumente apresentados para documentar a guinada discursiva tomada pelo PB. São eles:

a) Ocorrência irrestrita de sujeitos duplos, sejam eles não animados, sejam genéricos, sejam quantificados e até com ocorrência em relativas livres (75):

- (75) a. [Essa competência]_i ela_i é de natureza mental.
 b. [Mulher nenhuma]_i ela_i pode querer dominar o homem. [O homem]_i ele_i é livre por natureza. [A mulher]_i ela_i tem que aceitar isso.
 c. [Toda criança]_i ela_i aprende rápido a gostar de coca-cola.
 d. [O que é bom, o que é de qualidade]_i ele_i fica; [o que é ruim]_i ele_i se perde.

(COSTA, 2010b, p. 126)

b) Ocorrência de sujeitos lexicais locativos e dêiticos (DUARTE, 2004):

- (76) a. Aqui ‘tá quente.
 b. São Paulo chove; o Rio faz sol.
 c. Essas florestas chovem muito.
 d. Petrópolis, aquilo chove demais.

(COSTA, 2010b, p. 127)

c) Ocorrência de construções existenciais personalizadas com a inserção de pronomes.

O PB, em construções existenciais, tende a preencher a posição pré-verbal com um pronome, o qual, apesar de se alocar na posição de sujeito, é interpretado como tópico discursivo:

- (77) a. ‘Cê tem prédios lindos em Londres.
 b. Eu tenho uma papelaria ali na esquina que tira cópia baratinho.
 c. A gente não tem mais comércio no centro da cidade.

(COSTA, 2010b, p. 128)

d) Ocorrência de hiperalçamento do sujeito em contextos de completivas finitas encaixadas com o verbo "parecer" (FERREIRA, 2000):

- (78) a. Tem ocasiões que eu_i nem pareço [que t_i sou brasileiro].
 b. [Caso [as aulas]_i pareçam [que t_i vão voltar]] eu mando eles pra escola de novo.
 c. Quando eu brigo, eu pareço [que eu vou explodir de raiva].
 d. Vocês parecem [que vocês não pensam na vida].

(COSTA, 2010b, p. 128)

e) Possibilidade de inacusativizar verbos transitivos, contextos nos quais verbos originalmente transitivos têm seu complemento alçado à posição de sujeito:

- (79) a. A revista tá xerocando.
 b. Com a reforma, meu jardim destruiu inteirinho.

(COSTA, 2010b, p. 129)

f) Possibilidade de alçamento do possuidor em construções inacusativas:

- (80) a. [Meu carro]_i furou [o pneu t_i].
 b. [Minhas pernas]_i racharam [a pele t_i].

(COSTA, 2010b, p. 129)

Após a apresentação desses seis argumentos e evidências empíricas, Costa (2010b) contra-argumenta, caso a caso:

a) Segundo o autor, o redobro do sujeito, em PB, não é exatamente uma construção de deslocamento à esquerda que apontaria para uma refixação do parâmetro do sujeito nulo. Isso porque, em construções genuinamente de deslocamento à esquerda, o tópico não pode ser informação nova, além de precisar ter as mesmas propriedades referenciais do elemento deslocado, o que não ocorre em PB (e sim em línguas como o francês).

Sendo assim, nas construções apresentadas em (75), o pronome, aparentemente resumptivo, seria na verdade, segundo o autor, uma "soletração" do traço de pessoa – haja vista o empobrecimento flexional observado no PB –, e não um traço de topicalidade. Em PE, não se observa essa "soletração", pois o traço de pessoa é realizado apenas em T.

b) Diferentemente do comumente aceito, o PE também admite o preenchimento de posições pré-verbais com elementos locativos e dêiticos:

(81) a. O Largo Camões, aquilo faz um frio.

<http://forumusica.com/?showtopic=52164&st=360> (21/07/09)

b. Podem-me chamar de parva, de burra, de tudo, por ter voltado a Idanha (sim porque aquilo faz um calor desgraçado)!

www.fotolog.com (21/07/09)

c. Aqui está calor.

d. O Barlavento faz mais vento.

(COSTA, 2010b, p. 131-132)

No entanto, somente o PB admite a concordância entre o elemento pré-verbal e o verbo.

c) Também em PE, a maioria dos pronomes pessoais pode ser usada com valores indeterminados, ocorrendo inclusive em construções existenciais semelhantes às do PB:

(82) a. A gente tem uma boa padaria no bairro.

b. Nós temos muita corrupção no país.

c. Tu tens muitos perigos em Setúbal.

d. Eu tenho um aeroporto perto de casa e não consigo dormir.

(COSTA, 2010b, p. 132)

d) No PE também podem ocorrer casos de hiperalçamento com o verbo "parecer":

(83) a. Eu pareço que estou cansado.

b. Tu pareces que estás parvo.

c. Nós parecemos que estamos doentes.

(COSTA, 2010b, p. 133)

Costa (2010b) também apresenta alguns dados coletados em pesquisa eletrônica:

(84) a. Não sei de que região és natural, mas pareces que estás numa pega.

www.foruns.clix.pt

b. As pessoas dizem que eu nem pareço que tenho 17 anos.

www.autohoje.pt

c. Escrever é bom, sobretudo quando não temos alguém em quem confiar, quando estamos sozinhos e parecemos que vamos rebentar e então explodimos.

www.poetisasonhadora.blogs.sapo.pt

d. oh esquece eu às vezes até pareço que como palha com um garfo.

www.psp-news.org

(COSTA, 2010b, p. 133)

e) A alternância causativa ocorre também em PE, sendo que a inacusativização dos transitivos está documentada em estágios bastante antigos do português:

- (85)
- a. O trabalho está a imprimir.
 - b. O bolo está a cozer.
 - c. Com o calor, a manteiga derreteu todinha.
 - d. A fábrica fechou com a crise.
 - e. A cadeira baloiçou com o vento.

(COSTA, 2010b, p. 134)

f) Apesar de, em PE, construções com alçamento do possuidor tal como (86) serem agramaticais, topicalizações selvagens como (87) são possíveis, o que aponta, novamente, para o fato de que um dos elementos diferenciadores de PE e PB seria o sistema de concordância.

- (86)
- a. *Essas casas batem sol.
 - b. *Os meus vizinhos morreram a mãe.
 - c. *As minhas duas árvores apodreceram a raiz.
- (87)
- a. Essas casas, bate imenso sol.
 - b. Os meus vizinhos, morreu a mãe.
 - c. As minhas duas árvores, apodreceu a raiz.
 - d. O meu carro, furaram os pneus.
 - e. As minhas pernas, rachou a pele.

(COSTA, 2010b, p. 134-135)

Diante dessa argumentação, Costa (2010b) conclui que, além de não ser interessante do ponto de vista teórico caracterizar PE e PB como línguas voltadas para o discurso, o que parece estar em jogo não é uma diferença tipológica, macroparamétrica, entre as duas línguas, mas uma variação microparamétrica no sistema temporal das duas línguas: no PB, está autorizada a concordância com o tópico; operação, por seu turno, agramatical em PE (uma conclusão parecida a que chegam ANDRADE E GALVES, 2014).

O artigo de Costa (2010b) foi e continua sendo um desafio para aqueles que propõem que o PB estaria se desviando do modelo sujeito-predicado. Com efeito, o autor apresenta dados contundentes do PE com características atribuídas até então, por diversos autores, apenas ao PB. Ainda assim, nele não está formulada uma explicação embasada para o fato de que somente no PB a concordância com o tópico é autorizada, de modo que ela é atribuída, sem maiores explicações, a um microparâmetro.

Como se verá no próximo capítulo desta dissertação, a implementação de núcleos aplicativos para o PB, em nossa hipótese teórica, ainda não é capaz de responder, definitivamente, à questão tipológica do PB, apesar de apontar para uma direção diversa da de sujeito-predicado.

3.5.3 Kato (2015): sentenças categóricas e téticas

O objetivo de Kato (2015), neste artigo, é apresentar evidências que comprovem a suposição de que sentenças com expletivo nulo e sentenças de tópico-sujeito não são *doublets* em competição (no sentido de KROCH, 2001), já que constituiriam diferentes estratégias de expressão. Ao longo de sua exposição, a autora apresenta uma perspectiva inovadora para a compreensão das sentenças de tópico-sujeito, associando-as à perda da subida longa do clítico ao longo da história do PB; além de tocar em questões tipológicas e paramétricas importantes.

Assim sendo, Kato (2015) inicia seu artigo retomando a discussão sobre a mudança no parâmetro do sujeito nulo no PB, que, como notado por diversos pesquisadores, vem associada à perda gradativa do sujeito nulo referencial, à perda quase categórica da inversão livre (VXS) e à perda categórica da subida longa do clítico.

Em seguida, com o objetivo de rever essa discussão sob uma nova perspectiva e em favor de uma nova proposta, a autora retoma duas hipóteses que foram utilizadas para explicar os seguintes questionamentos: por que, no PB, não foram desenvolvidos expletivos lexicais em construções impessoais (como no espanhol dominicano, que apresentou a mesma perda dos sujeitos nulos); por que ainda existem contextos em que a posição de sujeito é preenchida por um expletivo nulo; e por que foram desenvolvidas estratégias de alçamento em construções impessoais, tal como nas construções de tópico-sujeito. As hipóteses são:

a) A hipótese da referencialidade

Formulada em Cyrino, Duarte e Kato (2000), tal hipótese busca explicar uma distribuição peculiar dos dados em que, quanto mais humano e pessoal for o referente do sujeito, maior a chance de ele ser preenchido, e vice-versa. Como se vê em (88), argumentos [+N, +humano], de 1ª e 2ª pessoas, estão no extremo mais alto, à direita, enquanto os não argumentos e as proposições estão nas posições mais baixas, à esquerda. Assim, quanto mais à direita dessa escala, maior a possibilidade de um pronome não nulo.

(88)	não argumento	proposição	[–humano]	[+humano]
			3ª p.	3ª p., 2ª p., 1ª p.
			–espec.	+espec.

[–ref.] <-----> [+ref.]

(KATO, 2015, p. 10)

b) O PB como uma língua de configuracionalidade discursiva

A hipótese da referencialidade, apesar de dar conta de uma grande quantidade de dados, não explica pelo menos três estratégias inovadoras de preenchimento da posição de sujeito presentes no PB, a saber: (a) alçamento do locativo argumental de sentenças existenciais (89b); (b) alçamento do sujeito de completivas em sentenças com verbos do tipo "custar" e "demorar" (90b); e (c) alçamento do argumento de verbos inacusativos em sentenças de tópico-sujeito (91b).

- (89) a. Tem prédios lindos em Londres.
 b. Londres_i tem prédios lindos [t_i].
- (90) a. Custou pra ele sair de casa.
 b. Ele_i custou [a t_i sair de casa].
- (91) a. Furou o pneu do carro.
 b. [O carro]_i furou [o pneu [t_i]].

(KATO, 2015, p. 11)

A insuficiência explicativa da hipótese de referencialidade leva Duarte e Kato (2008) a recuperar, sob um viés formalista, a hipótese de Pontes (1987), segundo a qual o PB estaria se tornando uma língua de proeminência de tópico, já que, dentro de tal categoria tipológica, estão ausentes expletivos lexicais e a satisfação do EPP se dá via alçamento.

A recuperação formalista da proposta de Pontes (1987) é feita por meio da retomada do modelo de herança de traços de Myagawa (2007, 2010), que, assumindo como correta a hipótese de Chomsky (2005), de acordo com a qual os traços- Φ não interpretáveis são herdados de C, faz uma tradução formal da tipologia de Li e Thompson (1976) ao propor a percolação também de traços discursivos, como Top e Foco, de C para T.

Dito isso, e considerando que o PB, além de alçar sintagmas para [Spec, TP], ainda exibe expletivos nulos, a autora assume que o português brasileiro é uma língua mista, isto é, que pode percolar tanto traços de concordância quanto traços discursivos de C para T, à semelhança do turco. À guisa de exemplo, ela apresenta três sentenças: em (92a), há percolação apenas de traços- Φ ; em (92b), percolam-se traços de Top; e, em (92c), os dois tipos de traço são percolados.

- (92) a. **Øexpl** chove Φ muito em São Paulo.
 b. **São Paulo** chove δ muito.
 c. **Essas florestas** $\Phi\delta$ chovem muito.

(KATO, 2015, p. 12)

No que tange ao traço de Foco, Kato (2015), com base em (93a-b), faz algumas afirmações:

I. No PE, o sujeito está no interior de VP e o traço de Foco percola para T (94a); no caso do Foco, portanto, o PE seria uma língua de proeminência discursiva; no caso do Tópico, não.

II. No PB, por seu turno, o traço de Foco está em uma posição periférica, chamada por Myagawa (2010) de αP , sendo que os traços- Φ percolam de C para T (94b). Assim, de maneira inversa ao PE, o PB seria uma língua de proeminência discursiva apenas no caso do Tópico.

(93) a. Muitas mulheres amou o João. (PE)

b. Muitas mulheres o João amou. (PB)

(KATO, 2015, p. 12)

(94) a. [Muitas mulheres] amouð o João (PE)

b. [Muitas mulheres]αP o João amouΦ (PB)

(KATO, 2015, p. 13)

Apesar de não mencionado explicitamente no artigo, fica subentendido que a funcionalidade explicativa oferecida pela hipótese do PB como uma língua de configuracionalidade discursiva não é suficiente, já que tal orientação para o discurso é apenas parcial e ocorre, também, no PE.

Depois de parcialmente descartar as hipóteses da referencialidade e da configuracionalidade discursiva, tal como mostradas anteriormente, a autora passa a atacar o problema central de seu artigo: os pares de (95) e (96) são *doublés* em competição, com o mais antigo fadado a desaparecer? Se a resposta for não, como derivar a sentença mais inovadora?

(95) a. **Øexpl** chove muito nessas florestas. (PE) (PB)

b. **Estas florestas** chovem muito. (PB)

(96) a. **Øexpl** furou o pneu do Hamilton. (PE) (PB)

b. **O Hamilton** furou o pneu. (PB)

(KATO, 2015, p. 13)

No intuito de responder a essas duas perguntas, Kato (2015) introduz a distinção lógico-semântica entre juízos categóricos e juízos téticos. Nos juízos categóricos, em (95b) e (96b), observam-se a singularização de um sujeito e a atribuição de um predicado a ele; nos téticos (95a e 96a), por sua vez, opera-se apenas um ato cognitivo: descrever um estado ou evento, ficando o sujeito em segundo plano.

Para Martins (1994), o PE manteve rígida a correspondência (ordem VS, juízo tético);(ordem SV, juízo categórico), enquanto que, como mostrado em Kato (1989), o PB, com a mudança no parâmetro do sujeito nulo e as suas implicações na ordem sintática, só manteve essa correspondência com os verbos inacusativos.

Desse modo, é de se supor que novas estratégias tenham sido desenvolvidas no PB para realçar a distinção categórico/tético. Nesse sentido, afirma-se que, na fala, o PB teria sido levado a representar juízos categóricos como estruturas de redobro e de

alçamento, enquanto que a ordem SV sem redobro ou alçamento ficaria reservada apenas aos juízos téticos. É por esse motivo, portanto, que Kato (2015) afirma que sentenças como (95a e 96a) sobrevivem no PB como estratégias de expressão de juízos téticos, e, por desempenharem um papel lógico-semântico diferente, não estão em competição com pares como (95b) e (96b), estratégias inovadoras para a expressão de juízos categóricos após a perda da subida longa do clítico.

Apesar de não se endereçar diretamente ao tópico locativo, Kato (2015) faz uma conexão interessante, pelo menos para o tópico genitivo, entre uma derivação inovadora e uma necessidade lógico-semântica, algo desejável do ponto de vista minimalista.

3.6 SÍNTESE AVALIATIVA E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Como buscamos demonstrar neste capítulo, o fenômeno do tópico-sujeito, cuja presença vem sendo cada vez mais notada no PB, é uma janela para questões sintático-semânticas de grande interesse para a teoria linguística e, na maioria dos casos, ainda em aberto. Não obstante, como se viu nas seções anteriores, muitos autores têm obtido resultados importantes se utilizando das ferramentas teóricas oferecidas pelo Programa Minimalista; acreditamos, apesar disso, que ainda existe muito a ser feito nesse campo. Por esse motivo, no próximo capítulo detalharemos e argumentaremos a favor de nossa hipótese analítica, diferente, e em alguns pontos complementar, das apresentadas anteriormente, buscando preencher algumas lacunas deixadas em aberto. Sendo assim, em relação à contraparte preposicionada, daremos ênfase à diferença de interpretação atribuída ao constituinte locativo no tópico locativo – e a todas as consequências formais geradas por essa diferença –, algo que, até onde sabemos e tentamos mostrar, não foi abordado, de forma sistemática, por nenhum autor até o momento: pois, se Galves (1998), Lobato (2006), Lunguinho (2006), Andrade e Galves (2014) e Munhoz (2011) buscaram entender o comportamento do verbo no tópico-sujeito, e se Avelar e Galves (2011) tentaram compreender a temporalidade desse tipo de construção, nenhum deles relacionou essas diferenças a diferenças de interpretação propriamente ditas; Kato (2015) e Torres Morais (2015), no entanto, acenaram, de certa forma, para questões interpretativas, ao discutirem, respectivamente, a dicotomia tético/categórico e posse interna/posse externa, mas sem se endereçarem diretamente às construções de tópico

locativo. Esperamos, com a nossa hipótese, mais do que fechar questão sobre algum ponto, abrir caminho para novos diálogos.

4. HIPÓTESE ANALÍTICA PARA O ESTUDO DO TÓPICO LOCATIVO

Neste capítulo, será desenvolvida a nossa proposta de análise, já brevemente mencionada no capítulo anterior, para a construção de tópico-sujeito locativo no PB. Na seção 4.1, tecemos as primeiras considerações necessárias à formulação de nossa hipótese, que será desenvolvida na seção 4.2 e melhor explicitada em 4.3, com argumentos e contra-argumentos, momento em que postularemos alguns mecanismos importantes (4.3.1), abordaremos alguns possíveis problemas para a nossa abordagem (4.3.2) e, por fim, trataremos das perguntas diacrônicas suscitadas pela análise (4.3.3). Em 4.4, realizamos a síntese do capítulo.

4.1 PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Para a formulação da hipótese defendida por este estudo, dialogamos com a literatura relevante a que tivemos acesso sobre o tópico locativo, e, mais amplamente, sobre o tópico-sujeito no PB (capítulo 3), nos inspirando e fazendo alguns ajustes, sobretudo, na proposta de Torres Morais (2015) para o tópico genitivo (3.5.1), como se verá nas próximas seções.

Incorporamos em nossa hipótese, buscando responder às perguntas norteadoras formuladas em 1.1, tanto os preceitos minimalistas de uma sintaxe o mais "enxuta" e moldada pelos sistemas de interface possível quanto os preceitos de uma estrutura argumental de inspiração construtivista cuja relação com a semântica se dá de forma restrita e mediada pelo conceito de evento. Levamos em consideração, também, sob a ótica da teoria paramétrica, os estudos que consideram uma possível influência sintática das línguas dos povos escravizados, que para cá vieram desde os tempos remotos da colonização.

4.2 A ANÁLISE

Cremos ser mais razoável considerar, por razões que ficarão claras mais à frente, que, na sentença de tópico-sujeito locativo do PB, à diferença da de tópico genitivo, os dois DPs não têm uma relação direta e independente do verbo. Em outras palavras, defendemos que, em uma sentença de tópico locativo, o que se observa é um evento com um participante selecionado pela raiz verbal – e um DP locativo acrescentado

posteriormente à estrutura e que complementa, como um participante adicional, o sentido do evento.

Notemos, antes de continuar, que tal ideia encontra suporte no fato de existirem restrições semânticas para o DP pré-verbal associadas à semântica do complexo verbo mais argumento interno, como mostram os contrastes (97)-(98) e (99)-(100).

(97) Essa casa bate sol.

(98) ?Esse garoto bate sol.

(99) Essa mala cabe muita coisa.

(100) ?Esse homem cabe muita coisa.

Assim, até aqui o cenário que temos é o seguinte: as sentenças de tópico locativo são construções que envolvem um constituinte-tema (pós-verbal) e um constituinte locativo (pré-verbal), no interior de uma estrutura inacusativa, isto é, um ambiente sintático sem a presença de *Voice* e sem argumento externo. Tais construções têm uma leitura não dinâmica e sem ponto de culminância, em que se expressa um evento sem agente e com dois participantes. Como mencionado anteriormente, iremos sustentar que um desses participantes, o constituinte locativo, é adicional em relação à estrutura eventiva nuclear.

Para implementarmos nossa intuição inicial e dar conta da inserção do DP locativo "adicional" na derivação, iremos supor a presença de um núcleo funcional que se concatena ao VP, tomando-o como seu complemento.

Como já adiantamos na seção 2.1.3, nos utilizaremos do aplicativo alto (101) de Pylkkänen (2008) – fonologicamente não realizado, no caso do PB –, que, de acordo com a autora, licencia em seu especificador um argumento, não nuclear (*non core*) em relação à estrutura argumental, acima de VP via *Event Identification* (KRATZER, 1996). O argumento aplicado, assim introduzido, estabelece uma relação temática e modifica o evento descrito pelo VP ao agregar, no caso específico do VP do tópico locativo, um espaço "afetado", uma localidade, para a sua ocorrência. Decorre daí, também, que o argumento aplicado receba papel temático locativo.

(101) High Appl

$\lambda x.\lambda e. \text{Appl}(e, x)$

(collapsing Appl_{Ben}, Appl_{Instr}, Appl_{Loc}, etc.)

(PYLKKÄNEN, 2008, p. 17, grifo nosso)

É importante notar que, de acordo com essa proposta, o argumento locativo, além de não ser selecionado diretamente pela raiz verbal²³ (o que nos afasta da ideia de um inacusativo biargumental, como em MUNHOZ, 2011, e outros que sustentaram sua hipótese), não estabelece, como já dissemos e reiteramos aqui, uma relação direta com o argumento interno, mas sim com o evento estruturado sintaticamente por VP. Desse modo, a relação continente-contido, tão característica do tópico locativo, seria uma relação mediada por um verbo.

Propomos, ainda, que o argumento que se concatena à raiz verbal, no início da derivação, recebe Caso do núcleo aplicativo, o que o inativa e o torna indisponível para qualquer operação de movimento; assim sendo, o argumento aplicado, por ter um traço de Caso a ser valorado, é o único candidato disponível para ocupar [Spec, TP]²⁴ e desencadear concordância.

Em (102), a derivação se inicia com a concatenação da raiz verbal ao DP "nu" *sol*, ao qual atribui papel temático, formando o VP que expressa o evento, com um único participante, "bater sol". O núcleo aplicativo alto concatena-se à estrutura e identifica, pela regra semântica *Event Identification*, o argumento evento (do ponto de vista sintático, o próprio VP), e introduz e atribui papel temático locativo ao DP *essa casa*, em posição de especificador, além de atribuir Caso ao DP pós-verbal. Em seguida, concatena-se o núcleo T, com um traço EPP e traços- Φ não interpretáveis (provavelmente herdados de C), apagados com o alçamento do DP *essa casa* para [Spec, TP], desencadeando concordância ("Essas casas batem sol") e atribuindo Caso nominativo ao DP *essa casa*, tanto tópico quanto sujeito da sentença. Vale notar, ainda, que, para evitar uma violação de localidade, é preciso postular que o verbo, antes de se

²³ No entanto, autores como Peterson (2007) definem o núcleo aplicativo como um dispositivo que aumenta a grade argumental do verbo. Para ele, o argumento aplicado é um verdadeiro objeto do verbo. Não obstante, em nossa análise, em termos gerativistas, não é possível sustentar essa definição.

²⁴ No entanto, Negrão e Viotti (2011) criticam o modelo teórico subjacente à proposta dos núcleos aplicativos de Pylkkänen (2008), pois, segundo as autoras, Pylkkänen está assumindo que todas as línguas do mundo seguem o modelo conceitualizador de eventos de autonomia e dependência, segundo o qual a construção não marcada é aquela em que o participante afetado e o evento constituem o núcleo ao qual vêm se agregar outros subeventos não nucleares. Para as autoras, Pylkkänen, apesar de ter apresentado um modelo teórico econômico, perde adequação descritiva ao desconsiderar que o modelo conceitualizador do inglês, por exemplo, é o de transferência de energia do agente em direção a uma fonte. Entretanto, caso o modelo de Pylkkänen esteja de fato no caminho certo, tal como acreditamos, isso seria um indicativo de que o PB estaria caminhando para um modelo de conceitualização de eventos de autonomia e dependência. Essa é uma questão, apesar de sua grande relevância teórica, para pesquisas futuras.

mover para T, passa pelo núcleo Appl_{Loc}, ao qual se adjunge, de modo que a própria raiz verbal passa a contar com um elemento aplicativo fonologicamente não realizado.

Nessa proposta de derivação, destacamos, novamente, que o argumento locativo, introduzido por um núcleo aplicativo, está separado do verbo. Nos distanciamos, portanto, de autores como Munhoz (2011), Andrade e Galves (2014) e Nunes (2016), que concebem o constituinte locativo sendo gerado em posição interna ao VP.

Além disso, como se viu, o núcleo aplicativo alto desenvolvido em Pylkkänen (2008), à diferença de autores como Marantz (1984) e Baker (1988), que supõem incorporações V + P, dispensa a presença de um núcleo preposicional em qualquer ponto da derivação e, se sua implementação estiver correta, capta, através de uma configuração específica exclusiva desse tipo de construção, a interpretação locativa na ausência de qualquer preposição ou núcleo relacional no interior de VP.

Apresentada essa proposta de derivação, é importante discutirmos, antes de passar para os argumentos em defesa de nossa hipótese, as consequências desse tipo de análise para a derivação da contraparte preposicionada do tópico locativo no PB. Consideramos, no caso desse tipo de sentença e para evitar qualquer análise transformacional, que a marca distintiva dela em relação às de tópico locativo – uma separação que também parece dar conta da diferença de interpretação entre as duas, como demonstraremos mais à frente (cf. 4.3) – é justamente a ausência de uma relação temática entre um argumento afetado e um evento. Trata-se, agora, de uma relação direta, não verbal, via minioração, entre os dois constituintes envolvidos, tema e locativo preposicionado, com o último selecionando o primeiro; na contraparte preposicionada, o único argumento do inacusativo é uma minioração nucleada por uma preposição (103).

Destaque-se também que, em (103), o DP "sol", não mais complemento do verbo (apesar de ainda dele receber Caso), aparece como sujeito da minioração, além de o PP "nessa casa" mover-se para uma posição periférica à esquerda, possivelmente como adjunto de TP, e a posição de [Spec, TP] ser ocupada por um expletivo.

4.3 ARGUMENTOS E CONTRA-ARGUMENTOS

A ideia de que o VP, nas sentenças de tópico locativo, é a representação sintática de uma estrutura eventiva formada pela raiz verbal concatenada ao constituinte tema – uma estrutura cuja leitura pode relacionar-se, no presente do indicativo, à atribuição de uma propriedade – é apoiada por construções como (105), em que, em oposição a construções preposicionadas como (106), o VP pode ser isolado, de maneira natural, como um atributo.

(104) Essa casa bate sol.

(105) Bater muito sol é uma das principais características desta casa.

(106) ?Bater muito sol é uma das principais características nesta casa.

Além disso, a introdução do DP locativo via identificação de evento constata-se pelas restrições semânticas ao VP, que, portanto, determina o papel temático do DP pré-verbal (107-108).

(107) ?Essa casa bate panela. (papel temático de agente)

(108) ?Essa casa bate bem da cabeça. (papel temático de experienciador)

Por outro lado, em sentenças de tópico genitivo (109), o isolamento de uma hipotética estrutura eventiva formada por raiz verbal e constituinte possuído, como um atributo, gera uma sentença pouco aceitável (110), já que, como proposto por Torres

Morais (2015), Munhoz (2011), Lobato (2006) e Lunguinho (2006) – embora com formulações diversas –, os dois DPs (possuidor e possuído) são introduzidos em uma posição abaixo do verbo nesse tipo de tópico-sujeito²⁵.

(109) O carro furou o pneu.

(110) ?Ter furado o pneu é a principal característica/falha do carro.

A ausência de qualquer tipo de preposição, fonologicamente realizada ou não, na derivação das sentenças de tópico locativo é sugerida por contrastes como (111-112), em que a retomada do elemento locativo por uma construção adjetiva, na sentença de tópico locativo, soa mais aceitável do que na contraparte preposicionada, já que, como extensamente demonstrado na literatura sintática, constituintes preposicionados estão sujeitos ao efeito de ilha.

(111) Essa casa, apesar de mal posicionada, bate muito sol.

(112) ?Nessa casa, apesar de mal posicionada, bate muito sol.

Além disso, o contraste entre (111) e (112) mostra diferenças importantes de sentido entre as sentenças de tópico locativo e as contrapartes preposicionadas. Atestado pelos contrastes de (113) a (116), a sentença de tópico locativo oferece novas estratégias de comunicação, ausentes nas contrapartes preposicionadas.

(113) Essa casa é um espetáculo, ela é bem pintada e bate muito sol.

(114) ?Nessa casa é um espetáculo, ela é bem pintada e bate muito sol.

(115) Essa bolsa é ótima, ela é bonita e cabe muita coisa.

(116) ?Nessa bolsa é ótima, ela é bonita e cabe muita coisa.

Em razão de somente as sentenças de tópico locativo contarem com um argumento movido para [Spec, TP], como mostramos anteriormente, tais estratégias parecem estar relacionadas ao fato de ser possível fazer afirmações diretamente sobre o argumento locativo – o qual ganha uma proeminência discursiva ausente na contraparte preposicionada –, o que confirma e estende a hipótese de Kato (2015), segundo a qual seriam sentenças de juízo categórico, e não tético, juízo que melhor caracterizaria as contrapartes preposicionadas.

Vale destacar, como último comentário a respeito das diferenças de interpretação, que Peterson (2007), embora considerando outro quadro teórico e outras

²⁵ Por ser um assunto complexo e que necessita de mais pesquisa, não desenvolveremos, por ora, a discussão sobre o fato de as sentenças de tópico locativo serem mais produtivas com verbos no presente do indicativo e as de tópico genitivo, com verbos perfectivos.

línguas, sugere, com base em um estudo em *corpora*, que o uso do aplicativo serviria, do ponto de vista discursivo, para aumentar a relevância tópica de um determinado participante em um texto. Essa sugestão é relevante para a hipótese teórica desta dissertação, pois cria uma ponte entre as ideias, em um quadro teórico gerativista, de topicalização e de núcleo aplicativo.

A implementação de um núcleo aplicativo alto locativo na descrição dos fatos sintáticos do PB encontra respaldo, além disso, em um domínio afim das sentenças de tópico locativo: os casos de pessoalização dos verbos meteorológicos. Nessas construções, ao evento meteorológico, uma atividade sem nenhum participante selecionado pela raiz verbal, vem adicionar-se, sem preposição, justamente um argumento locativo, afetado e não nuclear, que desencadeia concordância (117-119) – configuração semelhante à que assumimos para o tópico locativo –, possivelmente introduzido pelo mesmo núcleo aplicativo das sentenças de tópico locativo.

(117) Essas janelas ventam muito. (PONTES, 1987)

(118) As cidades do litoral paulista chovem muito. (AVELAR, 2009)

(119) Petrópolis é uma coisa. Aquilo chove demais! (BERLINCK, DUARTE E OLIVEIRA, 2009)

(Sentenças retomadas em COSTA, AUGUSTO E RODRIGUES, 2014, p. 258)

Vale notar que as sentenças de (117) a (119) apresentam os mesmos contrastes de afetação (120-123) que propusemos acima.

(120) Essas janelas, apesar de bem vedadas, ventam muito.

(121) ?Nessas janelas, apesar de bem vedadas, ventam muito.

(122) As cidades do litoral paulista, por estarem na serra, chovem muito.

(123) ?Nas cidades do litoral paulista, por estarem na serra, chovem muito.

Sobre a atribuição, pelo núcleo aplicativo, de Caso ao DP pós-verbal, testes (124-125) mostram que, de fato, não é possível mover o DP para uma posição topicalizada, em um cenário em que se supusesse que quem recebe Caso do núcleo aplicativo fosse, em realidade, o constituinte locativo.

(124) Essa bolsa cabe muita coisa.

(125) *Muita coisa, essa bolsa cabe.

Destacamos aqui, como mais um argumento favorável, os estudos desenvolvidos em Alexiadou e Carvalho (2017) e Carvalho (2016, 2018), que, em seu conjunto, mostram que, em línguas parcialmente *pro-drop* como o PB, o EPP pode ser satisfeito por constituintes locativos, o que corrobora a suposição de que o argumento aplicado recebe papel temático locativo e se move para [Spec, TP]. Além disso, as autoras defendem que, em sentenças transitivas nulas impessoais e com interpretação existencial, a sonda T seria defectiva ao ponto de conter apenas um traço não interpretável de locatividade, satisfeito pelo movimento de um argumento externo locativo para a posição de [Spec, TP]. Apesar de trabalharem com um conjunto de dados em distribuição complementar aos deste trabalho, já que o tópico locativo caracteriza-se justamente pela não transitividade e não agentividade, a hipótese das autoras é mencionada aqui por ser um indicativo de uma tendência do PB de concatenar argumentos locativos acima do VP e em contextos de defectividade de T; no caso do tópico locativo, essa defectividade seria demonstrada pelo fato de as sentenças dessa classe apresentarem uma maior produtividade no presente do indicativo e estarem sempre na 3ª pessoa, apesar de haver concordância em número.

4.3.1 Os traços do núcleo aplicativo

Até o momento, estivemos considerando, sem maiores explicações, que o argumento introduzido pelo núcleo aplicativo locativo alto é interpretado como *afetado* e que é, além de sujeito, *tópico* da sentença. No entanto, essas duas afirmações carecem de uma justificativa sintática que garanta uma interface sintaxe-semântica suficientemente restrita. Com isso em mente, e nos apropriando dos desenvolvimentos teóricos de Pancheva e Zubizarreta (no prelo), assumiremos que o núcleo aplicativo alto do PB contém dois traços de pessoa, um interpretável e outro não interpretável²⁶.

²⁶ Pancheva e Zubizarreta (no prelo) elaboram uma proposta de análise para dar conta do fenômeno conhecido como Restrição Pessoa Caso (*Person Case Constraint/ PCC*), o qual se manifesta nas estruturas ditransitivas por meio da restrição de pessoa gramatical em grupos de clíticos (dativo e acusativo). A proposta das autoras é a de que os efeitos do PCC são ativados por um traço de pessoa interpretável num núcleo funcional. Este núcleo funcional é o núcleo aplicativo (Appl), o qual introduz o objeto indireto. Além do papel temático que o aplicativo assinala ao objeto indireto, o traço interpretável de pessoa, no aplicativo, é responsável pela marcação gramatical do objeto indireto como centro do ponto de vista.

Estamos considerando, no caso do tópico locativo, que o argumento locativo, por não ser selecionado diretamente pela raiz verbal e ser introduzido por um núcleo aplicativo, guarda características de objeto indireto, o que nos autoriza o diálogo com a teoria dos traços de pessoa. Além disso, tal diálogo se insinua, também, ao considerarmos as restrições de pessoa que ocorrem no tópico locativo: DP tema e

Os traços interpretáveis de pessoa seriam os responsáveis sintáticos pela afetação e pelo estatuto de tópico atribuídos ao argumento aplicado. Em outras palavras, o traço interpretável de pessoa garante que o argumento locativo aplicado não seja mais um "locativo puro", como nos casos em que é introduzido por uma preposição, mas o centro do ponto de vista, contando com, de acordo com Pancheva e Zubizarra (no prelo), uma marcação de 3ª pessoa [+proximate], o que o distingue de uma 3ª pessoa [–proximate], a "não pessoa", e o aproxima de uma 2ª e 1ª pessoas, verdadeiros participantes do discurso²⁷. De fato, como apresentamos anteriormente em nossos argumentos, os testes mostram que as sentenças de tópico locativo apresentam novas estratégias de comunicação associadas à possibilidade de se fazer afirmações diretamente sobre o argumento aplicado, algo impossível nas contrapartes preposicionadas.

O traço não interpretável de pessoa associado ao núcleo aplicativo, por sua vez, garante que tal núcleo se comporte também como sonda e estabeleça a relação de *Agree* com o argumento interno, valorando seus próprios traços e atribuindo um Caso *default* ao DP pós-verbal.

4.3.2 Algumas considerações

A opção pelos núcleos aplicativos altos do tipo locativo, apesar de justificável em termos semânticos e estruturais – pois, de modo econômico, preserva a concordância e capta a diferença de interpretação com a contraparte preposicionada –, não atende integralmente a pelo menos dois critérios apresentados em Pylkkänen (2008) para línguas com aplicativos altos: (a) como demonstra a autora, línguas com aplicativos altos permitiriam a aplicativização de verbos inergativos, operação que o PB só permite com o uso da preposição (126-127), como notado em Armelin (2011); (b) do

DP locativo estão sempre na 3ª pessoa (TORRES MORAIS E SALLES, no prelo, fazem, também, uma abordagem da construção de posse dativa no PB com base nessa proposta).

²⁷ Pancheva e Zubizarra (no prelo) assumem que a atuação do traço interpretável de pessoa pode ser descrita em termos de uma hierarquia de pessoa:

- a. 1P: [+proximate], [+participant], [+author]
- b. 2P: [+proximate], [+participant], [–author]
- c. 3P proximate: [+proximate], [–participant], [–author]
- d. 3P obviative: [–proximate], [–participant], [–author]

A distinção distante/próximo é independentemente necessária nas diferentes línguas, de modo que argumentos próximos são aqueles adequados para serem centros de perspectiva. Como as autoras destacam, as duas primeiras pessoas são inerentemente aproximativas, por serem participantes no evento de fala. Os argumentos de 3ª pessoa podem ou não ser aproximativos, dependendo do contexto.

mesmo modo, Pylkkänen (2008) demonstra que a existência de núcleos aplicativos altos em uma língua possibilitaria o acréscimo de predicados secundários descritivos modificando o objeto indireto, o que não parece ser possível em PB (128)²⁸.

Além disso, o trabalho de Pylkkänen (2008) identifica três línguas com núcleos aplicativos altos disponíveis: luganda, venda e albanês – as duas primeiras de origem banta e a última de origem indo-europeia. Tal cenário coloca a necessidade de uma pesquisa diacrônica e tipológica – algo que está fora do escopo desta pesquisa – para a identificação da origem dos núcleos aplicativos altos no PB²⁹, caso eles de fato existam.

(126) *O João me correu. (para uma interpretação em que a 1ª pessoa é o beneficiário)

(127) O João correu para mim. (para uma interpretação em que a 1ª pessoa é o beneficiário)

(128) *Eu dei um presente para a Maria_i feliz_i.

No entanto, a favor de nossa hipótese, o PB permite a aplicativização de verbos que expressam eventos não dinâmicos (como na sentença "Essa mala cabe muita coisa") – os quais ocorrem sobretudo em construções de tópico locativo –, um dos critérios que, de acordo com Pylkkänen (2008), línguas com núcleos aplicativos altos atenderiam.

Assim, apesar de algumas evidências em contrário, manteremos, em razão dos argumentos apresentados anteriormente, a hipótese de que as sentenças de tópico locativo em PB são possíveis e produtivas em decorrência da existência dos núcleos aplicativos altos locativos.

A seguir, buscamos discutir, brevemente, alguns indícios que explicariam a introdução dos aplicativos altos no PB ao longo da história, com base na teoria paramétrica.

4.3.3 *Questões diacrônicas*

Considerando a constatação empírica de que o tópico locativo é uma possibilidade recente do PB e, até o momento e até onde sabemos, exclusiva em relação às línguas românicas, e assumindo os núcleos aplicativos altos como uma possibilidade

²⁸ Peterson (2007), por seu turno, trata com reserva a possibilidade de aplicativizar verbos inacusativos.

²⁹ Vale lembrar que alguns pesquisadores identificaram influências de línguas bantas no PB em decorrência do contato linguístico gerado pelo tráfico negreiro (cf. FIORIN E PETTER (2014), para uma coleção de artigos a respeito; além de AVELAR E GALVES, 2013).

explanatória para a derivação desse tipo de sentença, a pergunta a se fazer, neste segundo momento, é: Por que essa construção é produtiva apenas no PB e, se for o caso, por que somente o PB conta com núcleos aplicativos altos em seu inventário de categorias funcionais?

Em relação ao parâmetro, ou microparâmetro, em mudança que estaria relacionado ao advento de núcleos aplicativos no PB, apesar de ainda termos poucos argumentos e pesquisa sobre o assunto, acreditamos que, por ser o tópico locativo uma construção que envolve um preenchimento inovador da posição de [Spec, TP], tal parâmetro seja um dos ramos de uma árvore paramétrica associada ao parâmetro do sujeito nulo, ao empobrecimento no paradigma flexional e de marcação casual e ao aumento das topicalizações. No entanto, deixamos para pesquisas futuras a comprovação de tal vínculo, que, no entanto, cremos provável.

4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO E RELAÇÕES COM O TÓPICO GENITIVO

Nas seções anteriores, buscamos propor uma hipótese derivacional que se endereçasse à explicação de diversos pontos importantes, do ponto de vista sintático-semântico, das construções de tópico-sujeito locativo, como o comportamento do verbo, a relação entre os DPs, a concordância e a interpretação. A proposição de um aplicativo alto com traços de pessoa foi uma decorrência dessa preocupação.

Gostaríamos de enfatizar, ainda, que é possível estabelecer uma relação entre as propriedades sintáticas que identificam a construção de tópico-sujeito genitivo e as propriedades sintáticas que identificam a construção de tópico-sujeito locativo. Com efeito, enquanto a genitiva expressa uma reanálise das construções de posse externa dativa (3.5.1), conservando o seu aspecto semântico, as construções locativas decorrem de uma reanálise do “locativo puro”, que passa a ser interpretado como um elemento “afetado” pelo evento expresso pelo verbo, tornando-se centro do ponto de vista. Assim, defendemos que a simetria existente entre as construções de tópico-sujeito locativo e genitivo reside na presença de um núcleo aplicativo.

Nos próximo capítulo, apresentaremos a sondagem que fizemos em dados em *corpora* dos séculos XIX ao XXI, a qual, sem nenhuma pretensão variacionista, buscou observar o comportamento dos locativos e suas topicalizações no dialeto paulista do PB.

5. CORPUS, MÉTODO E ALGUNS RESULTADOS

Neste capítulo, após a apresentação dos *corpora* escolhidos (5.1) e da metodologia que utilizamos para analisá-los (5.2), apresentamos em 5.3 alguns resultados que consideramos importantes, com o intuito de dar a ver alguns aspectos empíricos interessantes do tópico-sujeito locativo no PB. Em 5.4, realizamos considerações de fechamento.

5.1 RECORTE ESPAÇO-TEMPORAL E TIPOLOGICO E MATERIAL DE ANÁLISE

Do ponto de vista cronológico, restringimo-nos ao intervalo que vai do século XIX ao XXI; geograficamente, o foco recai sobre o dialeto paulista no estado de São Paulo; do ponto de vista dos gêneros textuais, damos privilégio ao anúncio impresso (publicitário, de venda/compra/fuga/captura de escravos, de imóveis, de óbito, de leilão, de serviços diversos, de achados e perdidos, entre outros), às cartas (pessoais) e às entrevistas, pois que é do nosso interesse captar reproduções as mais fidedignas possíveis do modo de falar mais corrente em um dado espaço de tempo; e os registros do anúncio, da carta pessoal e da entrevista, por mais desapegados da gramática normativa e dos cânones literários que são, prestam-se bem a esse objetivo. Evidentemente, o ideal seria usar única e exclusivamente as entrevistas; no entanto, devido à limitação desse tipo de dado nos séculos XIX e XX, escolhemos os anúncios e as cartas pessoais, respectivamente, como substitutos possíveis.

Durante a pesquisa, estivemos enquadrados no subprojeto *Gramáticas paulistas na história do português brasileiro*, parte do *Projeto de História do Português Paulista* (PHPP II – Projeto Caipira II)^{30, 31}. Utilizamo-nos, assim, dos *corpora* coletados pelos

³⁰ Projeto Temático – FAPESP – Processo 11/51787-5, encerrado no final do ano de 2017.

³¹ Como veiculado nas informações de sua página, o PHPP II consistiu de um conjunto articulado de subprojetos, situados na área da Linguística Histórica do português, tendo, como objetivos: (a) coletar, organizar e disponibilizar *corpora* diacrônicos do português paulista, de modo a apoiar pesquisas sobre essa variedade; (b) analisar tais *corpora* em três eixos: (i) estudo da variação e mudança gramatical, dos ângulos funcionalista, cognitivista e gerativista, com ênfase nas classes de palavras e nas construções sintáticas; (ii) estudo da formação das variedades culta e popular e da difusão da popular na região do Médio-Tietê, paralelamente ao traçado sócio-histórico do português paulista; (iii) estudo de gêneros discursivos e de processos de construção textual, sob as perspectivas crítico-discursiva e textual-interativa. Assim estruturado, o PHPP pretendeu promover um diálogo entre teorias linguísticas, indispensáveis nas pesquisas contemporâneas da Linguística Histórica, não só para dar conta da complexidade dos fenômenos a serem pesquisados, como também para a complementaridade entre os subprojetos. Com efeito, contemplaram-se as dimensões gramatical, semântica e textual-discursiva como constitutivas das categorias da língua em uso. Justificou-se, desse modo, a abrangência do Projeto, que, circunscrito ao português paulista, contribuiu para um empreendimento nacional, o Projeto de História do

pesquisadores do PHPP II (cf. 5.1.1), além de uma entrevista disponibilizada no âmbito do Projeto SP2010³² (cf. 5.1.2).

5.1.1 PHPP II

Do PHPP II, selecionamos:

a) **Corpus de jornais paulistas dos séculos XIX e XX: contribuição para o Projeto de História do Português Paulista.** Coletado por Alessandra Castilho da Costa. Constitui-se de anúncios do jornal *Correio Paulistano*, de São Paulo (SP), edições de 1854, 1856, 1875 e 1901. O Quadro 2 expõe como o *corpus* de Costa (2010a) está distribuído, o qual possui 9.782 palavras e 39 sentenças com ocorrências de sintagmas locativos.

Português Brasileiro (PHPB), ao qual se integrou, juntamente com projetos diacrônicos em desenvolvimento em outros onze estados: Pernambuco, Bahia, Paraíba, Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Pará.

³² Projeto de inspiração sociolinguística em seu braço variacionista, o SP2010 disponibilizou *online* (<http://projetosp2010.fflch.usp.br/>) entrevistas realizadas a partir de 2009 com falantes da cidade de São Paulo e outras localidades. Tal projeto foi fundado em 2004 pelo Prof. Dr. Ronald Beline Mendes, do Grupo de Estudos e Pesquisa em Sociolinguística (GESOL-USP). Apesar de não fazermos parte dele, nos foi de grande valia para a coleta e análise de *corpora* do século XXI, escassos na amostra do PHPP II.

Quadro 2

<i>Corpora do Correio Paulistano</i>			
22 de agosto de 1854	2 anúncios	2 de abril de 1875	19 anúncios
	1 anúncio de escravo		2 anúncios de contato
5 de setembro de 1854	7 anúncios		1 anúncio de emprego
	1 anúncio de contato		3 anúncios de leilão
8 de janeiro de 1856	6 anúncios		7 anúncios de imóveis
	1 anúncio de escravo		2 anúncios de obituário
	1 anúncio de missa		1 anúncio de obituário
		8 de junho de 1901	37 anúncios
Total: 91			

Fonte: elaborado pelo autor com base em Costa (2010a).

b) **Edição de anúncios de *Revista Feminina*, *A Cigarra* e *Vida Paulistana* (XX/1).** Documento com dados coletados no Arquivo Público do Estado de São Paulo; trata-se de anúncios transcritos de três revistas paulistanas da segunda metade do século XX pelos pesquisadores Joice de Medeiros, Maria Cristina Lopes Araujo e Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. Veja-se, no Quadro 3, a distribuição dos dados, em um conjunto de 21.660 palavras e 28 sentenças com ocorrência de sintagma locativo.

Quadro 3

Corpora primeira metade do século XX		
Nome da publicação	Data	Número de anúncios
<i>Revista Feminina</i>	Dezembro de 1914	14
<i>Revista Feminina</i>	Janeiro de 1915	22
<i>Revista Feminina</i>	Outubro de 1915	35
		Subtotal: 71
<i>A Cigarra</i>	Fevereiro de 1918	1
<i>A Cigarra</i>	Janeiro de 1920	2
<i>A Cigarra</i>	Abril de 1920	11
<i>A Cigarra</i>	Fevereiro de 1926	13
<i>A Cigarra</i>	Setembro de 1927	2
<i>A Cigarra</i>	Janeiro de 1928	3
<i>A Cigarra</i>	Outubro de 1928	5
		Subtotal: 37
<i>Vida Paulistana</i>	Setembro de 1903	2
<i>Vida Paulistana</i>	Outubro de 1903	5
<i>Vida Paulistana</i>	Novembro de 1903	2
<i>Vida Paulistana</i>	Dezembro de 1903	3
<i>Vida Paulistana</i>	Fevereiro de 1904	8
<i>Vida Paulistana</i>	Abril de 1904	6
		Subtotal: 26
		Total geral: 134

Fonte: elaborado pelo autor com base em Medeiros, Araujo e Gonçalves-Segundo

(2015).

c) ***De fã para fã: edição semidiplomática de cartas particulares da 2ª metade do século XX.*** Corpus constituído de 18 cartas pessoais enviadas de 1990 a 1997 de uma remetente identificada como Y para uma destinatária identificada como X, editadas e revisadas por Kewitz e Berto (2016). À época, a remetente tinha 18 anos e o Ensino Médio completo, tendo acabado de ingressar no Ensino Superior. No Quadro 4, observa-se a distribuição dos dados, os quais totalizaram 16.688 palavras e 145 sentenças com ocorrência de sintagmas locativos.

Quadro 4

<i>Corpora segunda metade do século XX</i>		
Número da carta	Data	Número de páginas
1	02.08.1990	2
2	23.08.1990	12
3	04.09.1990	6
4	10.10.1990	6
5	21.10.1990	7
6	09.11.1990	14
7	23.11.1990	1
8	15.12.1990	10
9	08.01.1991	10
10	18.03.1991	1
11	25.07.1991	1
12	01.08.1991	8
13	12.09.1991	1
14	11.02.1992	2
15	14.10.1992	1
16	12.09.1996	2
17	12.03.1997	1
18	sem data	1

Fonte: adaptado de Kewitz e Berto (2016, p. 8).

5.1.2 Entrevista do Projeto SP2010

Para compensar a falta de dados do início do século XXI no PHPP II, selecionamos uma entrevista realizada no âmbito do Projeto SP2010, no ano de 2012. A informante, de pseudônimo RaissaO, tinha, à época da entrevista, 22 anos, cursava Ensino Superior e morava na Zona Sul de São Paulo (bairro periférico); pai e mãe nascidos em São Paulo. A entrevista dura aproximadamente 1 hora, cuja transcrição contabiliza 9.851 palavras, após remoção de dados contextuais, e 189 sentenças com ocorrência de sintagmas locativos.

5.2 FORMA DE ANÁLISE

Tal como exposto em 5.1, nossos dados são extraídos de *corpora* históricos de acordo com um recorte temporal, geográfico e de gênero textual. Depois desse primeiro recorte, fizemos outro, dessa vez com base em critérios sintático-semânticos: separação das sentenças verbais com presença de constituinte com interpretação locativa, excluindo-se aqui as sentenças imperativas, passivas, infinitivas e os casos em que o constituinte locativo esteja modificando um SN. Feito esse segundo recorte, o conjunto de dados assim obtido foi recategorizado, com o uso do *software* Excel, de acordo com os seguintes critérios:

a. posição do sintagma locativo em relação ao verbo:

1. pré-verbal
2. pós-verbal

b. verbo utilizado, de acordo com a grade argumental:

1. transitivo
2. bitransitivo
3. inacusativo
4. inergativo
5. copulativo³³

c. se o verbo for inacusativo, tipo de inacusativo utilizado³⁴:

³³ Como argumentado em Kato e Nascimento (1995), os verbos copulativos (também tradicionalmente conhecidos como "de ligação"), como *ser*, *estar* e *ficar*, não deixam de ser, também, inacusativos.

³⁴ Junto com Duarte (2003), dividimos os inacusativos em duas grandes classes. Tomamos também dessa autora os critérios para o diagnóstico de inacusatividade, originados sobretudo de Levin e Rappaport Hovav (1995).

1. De mudança de estado ou movimento³⁵ (com causa externa ou interna)

2. De existência ou aparição

d. estatuto do sintagma com interpretação locativa:

1. preposicionado em posição de adjunto

2. preposicionado em posição de argumento³⁶

3. não preposicionado em posição de argumento (advérbios locativos)

4. não preposicionado em posição de adjunto (advérbios locativos)

e. concordância do sintagma locativo com o verbo³⁷:

1. com concordância

2. sem concordância

f. data

O Quadro 5 resume os critérios classificatórios a serem utilizados, com destaque para as propriedades necessárias à caracterização do tópico locativo.

³⁵ Apesar de um tanto quanto controverso, optamos por considerar, junto com Duarte (2003), um critério bastante abrangente para a classe dos inacusativos; nesse sentido, incluímos verbos de movimento como *ir/vir*, *entrar/sair* na categoria dos inacusativos. Se essa foi a melhor opção ou não, fica para uma discussão mais aprofundada em um trabalho futuro; o que é certo até o momento é que, para o trabalho com *corpora*, foi preciso adotar um critério bastante claro para a tipificação dos verbos.

³⁶ Optamos por considerar SPs locativos como argumentos dos inacusativos de movimento.

³⁷ Nos casos em que um advérbio locativo figura em posição pré-verbal e o verbo não concorda com o constituinte posposto, como "lá tinha meus amigos, meus vizinhos", optamos por considerar como concordância positiva, apesar de se poder argumentar que o verbo está em sua concordância *default*.

Quadro 5

Critérios classificatórios				
Posição em relação ao verbo	Tipo de verbo	Se inacusativo	Estatuto do sintagma locativo	Concordância do sintagma locativo com o verbo
pré-verbal	transitivo	de mudança de estado ou movimento	preposicionado em posição de adjunto	sim
pós-verbal	bitransitivo	de existência ou aparição	preposicionado em posição de argumento	não
	inergativo		não preposicionado em posição de argumento	
	inacusativo		não preposicionado em posição de adjunto	
	copulativo			

Fonte: elaborado pelo autor.

5.3 ALGUNS RESULTADOS INTERESSANTES

Em um olhar panorâmico sobre os quatro conjuntos de dados, chama a atenção um aumento na colocação de sintagmas locativos em posição pré-verbal e um declínio correspondente das colocações pós-verbais (Gráfico 1). Vejam-se, nos exemplos (129-132), extraídos das cartas pessoais, amostras de constituintes locativos em posições pré-verbais.

- (129) Aqui em São Paulo tá um frio!

Carta 2, 23 de agosto de 1990

- (130) Aí em Sorocaba pelo jeito não deve ter muita diversão, né?

Carta 3, 4 de setembro de 1990

- (131) Lá na oficina pe[é] mais seguro

Carta 5, 21 de outubro de 1990

- (132) Bem por aqui está um tempo abafadíssimo

Carta 6, 9 de novembro de 1990

Gráfico 1 – Distribuição percentual da colocação do sintagma locativo

Fonte: elaborado pelo autor.

Vale destacar que, na transcrição da entrevista, há um número considerável de sentenças com advérbios locativos em posição pré-verbal (133-137).

- (133) lá já era um pouquinho diferente
- (134) porque aqui tem metrô perto
- (135) pra condução aqui é excelente
- (136) lá não tinha som alto
- (137) lá tinha meus amigos meus vizinhos

Além disso, encontramos um aumento considerável na frequência de uso de inacusativos e copulativos (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição percentual da tipologia verbal

Fonte: elaborado pelo autor.

Nos *corpora* dos séculos XIX e início do XX (anúncios), não pudemos encontrar nenhum tipo de topicalização. Nas cartas pessoais, encontramos seis ocorrências de topicalização envolvendo sintagmas locativos (138-143), sendo que duas delas parecem ser de tópico locativo (142-143).

(138) As que eu tinha de jornais eu perdi todas dentro do ônibus, acredita?

Carta 3, 4 de setembro de 1990

(139) As cartas eu guardo numa outra pasta ‘especial’, ré, ré, ré

Carta 6, 9 de novembro de 1990

(140) Roupas legais mesmo tem na ‘Universe em Desfile’

Carta 6, 9 de novembro de 1990

(141) as xeroxs eu vou mandar em outro envelope

Carta 12, 1º de agosto de 1991

(142) Echo, Jesus & Mary Chain, Toy Dolls não deu para ir

Carta 2, 23 de agosto de 1990

(143) ‘Porcupine’ aparece o Ian bem de frente cantando

Carta 3, 4 de setembro de 1990

Destaquemos que a sentença (143) parece ser ilustrativa daquilo a que vínhamos nos referindo, em nossa hipótese analítica, como um evento nuclear formado pela raiz verbal e o DP pós-verbal: *aparecer o Ian bem de frente cantando* é um evento com um único participante, identificado como passível de ser localizado no espaço por um núcleo aplicativo, que, de acordo com nossa proposta, adiciona à estrutura eventiva o argumento aplicado, "Porcupine" (nome de uma música da banda Echo & the Bunnymen), que complementa, com um novo participante afetado, topicalizado e com papel temático, o sentido do evento, acrescentando um espaço "participativo" para a sua ocorrência, sem o uso da preposição; isto é, a interlocutora faz alusão ao fato de que o vocalista Ian, enquanto canta "Porcupine", aparece de corpo inteiro diante da câmera. Tal sentença parece ser indicativa de que um DP, independentemente de o seu sentido original não o prever, como é o caso de "Porcupine", ao ser devidamente acrescentado à estrutura eventiva por um núcleo aplicativo alto, pode adquirir uma interpretação locativa.

Na transcrição da entrevista, haja vista a espontaneidade do registro, foram encontradas 12 ocorrências de topicalização com sintagmas locativos (144-155), sendo que em muitas delas é possível observar a ausência de preposição.

- (144) Bosque da Saúde gostava muito mais
- (145) aqui eu não gosto
- (146) ah apesar da faculdade a gente entrar e sair na hora que a gente quer né
- (147) são os dois shoppings que eu mais costumo ir
- (148) aí é qualquer lugar que eu vou
- (149) São Paulo todo é perigoso de andar
- (150) São Paulo junta um pouquinho de tudo também né
- (151) o bairro em si assim eu não gosto daqui
- (152) aqui por exemplo não tem muito mercadinho aqui perto
- (153) na rua a gente ficava na rua
- (154) São Caetano meu vô é de São Caetano

Observe-se que a sentença (150) apresenta um sintagma com uma interpretação mais claramente locativa figurando em posição pré-verbal e modificando o VP *junta um pouquinho de tudo*. Interessante notar, nesse caso e também em (143), que parece se confirmar a nossa intuição inicial de que os dois constituintes nominais do tópico

locativo não se relacionam diretamente, como ocorre na contraparte preposicionada. Com efeito, "São Paulo" não estabelece relação sintático-semântica direta com "um pouquinho de tudo", mas sim com o evento de "*juntar* um pouquinho de tudo".

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na breve sondagem que fizemos nos quatro conjuntos de *corpora* acima apresentados, foi possível notar uma tendência de aumento das topicalizações a partir do fim do século XX, bem como uma tendência, ainda que discreta, de colocação do constituinte com interpretação locativa em posição pré-verbal, além de uma frequência maior de predicados inacusativos. Pudemos observar que as ocorrências de tópico-sujeito locativo ainda ocorrem de forma tímida, até mesmo na fala, de modo que podemos considerá-la uma possibilidade recente do PB, ainda em processo de fixação na gramática internalizada dos falantes.

6. CONCLUSÃO

A fim de concluir esta dissertação, retomamos as perguntas norteadoras da seção 1.1 e buscamos resgatar, de forma sistematizada e sintética, as respostas que demos para cada uma delas ao longo deste estudo. Consideramos, neste momento, como é de se esperar, os desenvolvimentos que obtivemos ao longo de todo o trabalho, tanto teórico quanto empíricos.

Do ponto de vista sincrônico, havíamos questionado:

- (1) Qual o estatuto da projeção [Spec, TP] ? Posição A ou A'?
- (2) Como dar conta da atribuição de Caso e papel temático aos constituintes nominais envolvidos na construção?
- (3) Qual a natureza das operações de checagem de traços- Φ no domínio C-T?
- (4) Como seriam introduzidos, na sintaxe, os constituintes que se encontram na relação locativa?
- (5) Qual o estatuto categorial do locativo? DP ou PP? Sujeito ou adjunto?
- (6) Como caracterizar a estrutura argumental dos verbos inacusativos?

Em relação à questão (1), como vimos nos paradigmas de concordância apresentados por Nunes (2016) e nos testes que o autor propõe, cremos ser mais plausível considerar, diferentemente de Avelar e Galves (2011), que a posição de [Spec, TP], no PB, é argumental, sendo incapaz de licenciar constituintes preposicionados não argumentais. De forma semelhante, e respondendo à questão (3), consideramos como verdadeiro, em nossa hipótese analítica, que T herda de C traços- Φ não interpretáveis e o traço EPP, valorados pelo movimento do constituinte aplicado de [Spec, Appl] para [Spec, TP]. Lembramos aqui, também, que supomos, em consonância com essas posições teóricas, que, na contraparte preposicionada, é um *pro* expletivo que preenche [Spec, TP], movendo-se o locativo preposicionado para uma posição periférica à esquerda.

A respeito da questão (2), postulamos que o constituinte tema recebe Caso do núcleo aplicativo – em decorrência de um traço formal de pessoa não interpretável – e papel temático da raiz verbal; o constituinte locativo, por sua vez, recebe papel temático locativo do núcleo aplicativo e Caso estrutural nominativo ao estabelecer concordância com os traços- Φ não interpretáveis de T.

Como ficou claro após a exposição de nossa hipótese analítica, a resposta que demos à questão (4) considera que, nas construções de tópico locativo, o único argumento introduzido diretamente pela raiz verbal é o constituinte tema; o argumento locativo é, nessa proposta, introduzido por um núcleo aplicativo locativo alto após a identificação de um evento passível (VP) de receber um participante locativo. Em nenhum momento da derivação existe preposição.

Nas construções de tópico locativo, em resposta à questão (5), consideramos que o participante locativo é introduzido sem preposição e, em decorrência do traço interpretável de pessoa do núcleo aplicativo, com um traço de 3ª pessoa [+proximate], o que lhe tira o estatuto de "locativo puro" e lhe dá uma relevância tópica – sujeito sintático da construção –, de um quasi-participante da ação.

A questão (6), uma das mais importantes deste estudo, pode ser respondida com a afirmação de que os inacusativos envolvidos nas construções de tópico locativo são compatíveis com estruturas monoargumentais sem *Voice*. Eles contam com a possibilidade de incremento da estrutura eventiva com uma camada aplicativo, que introduz um participante locativo sem preposição. Em termos genéricos:

(155) [AppIP [argumento locativo aplicado] [Appl' Appl [VP V [tema inespecífico]]]]

Nesse tipo de estrutura, só podem ser licenciadas raízes inacusativas que não expressem movimento. Importante destacar, nesse sentido, uma restrição importante que parece existir para as sentenças de tópico locativo, isto é, verbos no presente e na terceira pessoa.

Do ponto de vista diacrônico, questionamos:

- (1) Como caracterizar ou formular os parâmetros que estariam envolvidos no desenvolvimento/aparecimento da construção de tópico-sujeito no PB?
- (2) Seria necessário postular fatores de natureza sócio-histórica – referentes, particularmente, ao contato linguístico – que possam ter levado ao aparecimento das construções de tópico locativo?

Apesar da necessidade de um conjunto de dados maior, conjecturamos, ao longo desta dissertação, como resposta à questão (1), que um dos efeitos da mudança do parâmetro do sujeito nulo no PB, à diferença do PE, poderia ser o aparecimento dos núcleos aplicativos, que consideramos, de maneira provisória, um microparâmetro. Assim, pensando na aquisição dos núcleos aplicativos por falantes nativos, cremos que

a correspondente ambiguidade no *input* fornecido pela geração parental relaciona-se a um conjunto maior de mudanças que já vêm sendo verificadas no PB, sobretudo as associadas à maior tendência de preenchimento da posição de [Spec, TP]. Além disso, a proposta de uma derivação mais simples e com um movimento para [Spec, TP] mais curto em relação à contraparte preposicionada é corroborada pelo fato de que, nas línguas em geral, as reanálises paramétricas se dão rumo a representações mais simples e econômicas.

Do mesmo modo, para responder à questão (2), resta-nos supor que, em razão do contato interlinguístico com línguas bantas durante o período escravocrata no Brasil, diferentemente do PE, os núcleos aplicativos tenham adentrado a gramática do PB via empréstimo, em um contexto de mudanças que favorecia a sua produtividade. Além disso, as construções de tópico locativo respondem a uma necessidade cognitiva e pragmática de individualizar e conferir afetação a um participante do evento, colocando-o, do ponto de vista discursivo, em uma posição de destaque; por essa razão, supomos, as sentenças de tópico-sujeito são utilizadas como estratégia publicitária (aparentemente a partir do início do século XXI) para dar realce a algum produto/serviço, como se viu nos exemplos da seção 1, e em registros orais, como mostramos no capítulo 5, no fim do século XX, como uma maneira de também sublinhar determinados participantes do evento.

Assim, ao final deste estudo, esperamos ter conseguido revelar novas dimensões e abrir novas possibilidades de discussão tanto sobre o fenômeno do tópico-sujeito no PB quanto sobre o fenômeno da linguagem na espécie humana, a qual, como os núcleos aplicativos parecem sugerir, não serve apenas à veiculação pura e simples de conteúdos, mas também, na própria sintaxe, à manifestação de visões particulares sobre a importância de cada entidade discursiva.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXIADOU, Artemis; CARVALHO, Janayna. The role of locatives in (partial) pro-drop languages. In: SHEEHAN, Michelle; BAILEY, Laura R. (Ed.). *Order and structure in syntax II: Subjecthood and argument structure*. Berlin: Language Science Press, 2017. p. 41–67.
- ANDERSEN, H. Abductive and Deductive Change. *Language*, v. 49, p. 765-793, 1973.
- ANDRADE, Aroldo de; GALVES, Charlotte. A unified analysis for subject topics in Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 13, n. 1, p. 117-147, 2014.
- ARMELIN, Paula Roberta G. Sentenças bitransitivas do português do Brasil revisitadas à luz da teoria de núcleos funcionais aplicativos. 2011. 170 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- AVELAR, Juanito. Inversão locativa e sintaxe de concordância no português brasileiro. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jan./jun. 2009.
- AVELAR, Juanito; GALVES, Charlotte. Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 26., 2011, Lisboa. *Textos selecionados...* Lisboa: APL, 2011. p. 49-65.
- _____. Concordância locativa no português brasileiro: questões para a hipótese do contato. In: MOURA, M. D.; SIBALDO, M. A. (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. Maceió: Edufal, 2013. p. 103-132.
- _____. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. *Linguística*, v. 30, n. 2, p. 241-288, dez. 2014.
- _____. Sentenças possessivas e existenciais. In: CASTILHO, Ataliba T. de (coord.); MORAIS, Maria A. Torres; CYRINO, Sonia (Org.). *História do português brasileiro: mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista*. São Paulo: Contexto, 2018. cap. 2, p. 72-149. (História do português brasileiro, 6).
- BAKER, Mark C. *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- _____. *The atoms of language: the mind's hidden rules of grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- _____. *The syntax of agreement and concord*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- BERLINCK, Rosane de Andrade. Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil. In: ENCONTRO DO CELSUL, 2., 1997, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 1997.
- BERLINCK, Rosane de Andrade; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; OLIVEIRA, Marilza de. Predicação. In: CASTILHO, Ataliba T. de (Coord.). *Gramática do*

- português culto falado no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 97-188.
- BELLETTI, Adriana; RIZZI, Luigi. Psych-verbs and θ -theory. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 6, n. 3, p. 291-352, 1988.
- BERWICK, R.; CHOMSKY, Noam. The biolinguistic program: the current state of its development. In: SCIULLO, Anna Maria di; BOECKX, Cedric (Org.). *The biolinguistic enterprise: new perspectives on the evolution and nature of the human language faculty*. New York: Oxford University Press, 2011. p. 19-41.
- BIBERAUER, Theresa. Introduction. In: _____ (Org.). *The limits of syntactic variation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2008. p. 1-72.
- CARVALHO, Janayna. Diferentes tipos de sujeitos nulos no português brasileiro. *ReVEL*, v. 16, n. 30, p. 78-107, mar. 2018.
- _____. A morfossintaxe do português brasileiro e sua estrutura argumental: uma investigação sobre anticausativas, médias, impessoais e a alternância agentiva. 2016. 288 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- _____. *Knowledge of language*. New York: Praeger, 1986.
- _____. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press, 1995. [*O Programa Minimalista*. Tradução, apresentação e notas à tradução de RAPOSO, Eduardo. Lisboa: Editorial Caminho, 1999].
- _____. Minimalist inquiries: The framework. In: MARTIN, Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA, Juan (Org.). *Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge: MIT Press, 2000. p. 89-155.
- _____. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, Michael; HALE, Kenneth (Org.). *A life in language*. Cambridge: MIT Press, 2001. p. 1-52.
- _____. *On nature and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- _____. Beyond Explanatory Adequacy. In: BELLETTI, Adriana (Org.). *Structures and beyond. The cartography of syntactic structures*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 104-131. v. 3.
- _____. Three factors in language design. *Linguistic Inquiry*, n. 36, p. 1-22, 2005.
- _____. Approaching UG from below. In: SAUERLAND, Uli; GÄRTNER, Hans-Martin (Org.). *Interface + Recursion = Language? Chomsky's minimalism and the view from syntax and semantics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007. p. 1-29.
- _____. On phases. In: FREIDIN, Robert; OTERO, Carlos P.; ZUBIZARRETA, Maria Luiza (Org.). *Foundational issues in linguistic theory*. Cambridge: MIT Press, 2008. p. 133-166.
- COSTA, A. C. D. *Corpus de jornais paulistas dos séculos XIX e XX: contribuição para o Projeto de História do Português Paulista*. [S.l.]. 2010a. Anúncios.
- COSTA, João. PB e PE: orientação para o discurso importa? *Estudos da Linguagem, Vitória da Conquista*, v. 8, n. 1, p. 123-143, jun. 2010b.

- COSTA, Igor de Oliveira; AUGUSTO, Marina R.; RODRIGUES, Erica dos Santos. Verbos meteorológicos flexionados no plural e a hipótese da inacusatividade biargumental: explorando a sintaxe do português brasileiro. *Veredas: sintaxe das línguas brasileiras*, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 257-280, 2014.
- CUERVO, M. C. *Datives at Large*. 2003. 211 f. ph.D. Thesis – Department of Linguistics, Massachusetts Institute of Technology, 2003.
- CYRINO, Sonia; DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia; KATO, Mary Aizawa. Visible subjects and invisible clitics. In: KATO, Mary Aizawa; NEGRÃO, Esmeralda Vailati (Org.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid: Iberoamericana, 2000. p. 55-104. v. 4.
- DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. 208 p. (Coleção TRANS). Tradução de Peter Pál Pelbart.
- DEN DIKKEN, Marcel. *Relators and linkers: the syntax of predication, predicate inversion, and copulas*. Cambridge: MIT Press, 2006.
- DRESHER, E. Charting the learning path: cues to parameter setting. *Linguistic Inquiry*, v. 30, p. 27-68, 1999.
- DUARTE, Inês. A família das construções inacusativas. In: MATEUS, Maria Helena Mira et al. (Org.). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003. p. 507-548.
- DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. On the embedding of a syntactic change. *Language Variation in Europe: Papers from ICLaVE2*, Uppsala, Sweden: Universitetstryckeriet, p. 145-155, 2004.
- DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia; KATO, Mary Aizawa. *Mudança paramétrica e orientação para o discurso*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 24., Braga, Portugal, 2008.
- FERRARI-NETO, José; SILVA, Cláudia Roberta Tavares (Org.). *Programa Minimalista em foco: princípios e debates*. Curitiba: CRV, 2012.
- FERREIRA, Marcelo. *Argumentos nulos em português brasileiro*. 2000. 125 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2000.
- _____. Null subjects and finite control in Brazilian Portuguese. In: NUNES, Jairo (Org.). *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 2009. p. 17-49.
- FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. *África no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.
- GALVES, Charlotte. O objeto nulo no português brasileiro: percurso de uma pesquisa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 17, p. 65-90, jul./dez. 1989.
- _____. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 34, p. 19-31, jan./jun. 1998.
- _____. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Unicamp, 2001.
- GUASTI, M.-T. *Language acquisition: the growth of grammar*. Cambridge: MIT Press, 2002.

- GUEDES, Marymárcia; BERLINCK, Rosane de Andrade. *E os preços eram commodos: anúncios de jornais brasileiros século XIX*. São Paulo: Humanitas, 2000. ISBN 85-86087-86-6. Série Diachronica: Fontes para a História da Língua Portuguesa, 2.
- HARLEY, Heidi. How do verbs get their names? Denominal verbs, manner incorporation and the ontology of verb roots in English. In: ERTESCHIK-SHIR, N.; RAPOPORT, T. (Org.). *The syntax of aspect*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 42-65.
- HOLMBERG, Anders. Null subject parameters. In: BIBERAUER, Theresa et al. (Org.). *Parametric variation: null subjects in minimalist theory*. Nova York: Cambridge University Press, 2010. p. 88-124.
- HOLMBERG, Anders; ROBERTS, Ian. Introduction: parameters in minimalist theory. In: BIBERAUER, Theresa et al. (Org.). *Parametric variation: null subjects in minimalist theory*. Nova York: Cambridge University Press, 2010. p. 1-57.
- HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo; GROHMANN, Kleanthes K. *Understanding Minimalism*. Nova York: Cambridge University Press, 2005.
- KATO, Mary Aizawa. Tópico e sujeito: duas categorias na sintaxe? *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 17, p. 109-131, 1989.
- _____. Expletivos nulos e construções de tópico/sujeito no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 57, p. 7-21, jan./jun. 2015.
- KATO, Mary Aizawa; RAPOSO, Eduardo. Topicalization in European and Brazilian Portuguese. In: CAMACHO, J. et al. (Org.). *Romance Linguistics 2006: Selected Papers from the 36th Linguistic Symposium on Romance Languages*. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 205-218.
- KATO, Mary Aizawa; DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. Restrições na distribuição de sujeitos nulos no português brasileiro. *Veredas: sintaxe das línguas brasileiras*, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 1-22, 2014.
- KATO, Mary Aizawa; NASCIMENTO, Milton do. O estatuto dos nominais pós-verbais dos verbos inacusativos. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, ano 4, v. 1, p. 31-74, jan./jun. 1995.
- KATO, Mary Aizawa; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid: Iberoamericana, 2000. v. 4.
- KATO, Mary Aizawa; TARALLO, Fernando. Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. In: JAEGGLI, O.; Silva-Corvalán, C. (Org.). *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986. p. 343-358.
- KEENAN, E. Explaining the creation of reflexive pronouns in English. In: MINKOVA, D.; STOCKWELL, R. (Org.). *Studies in the History of English: a millennial perspective*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2002. p. 325-355.
- KENEDY, Eduardo. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.
- KEWITZ, Verena. Gramaticalização e semantização das preposições A e PARA no português brasileiro (séculos XIX e XX). 2007. 210 f. Dissertação (Doutorado

- em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- KEWITZ, Verena; BERTO, Eloane Laís. De fã para fã: edição de cartas particulares da 2ª metade do século XX. In: PROJETO HISTÓRIA DO PORTUGUÊS PAULISTA II, São Paulo, mar. 2016.
- KRATZER, Angelika. Severing the external argument from its verb. In: ROORYCK, J.; ZARING, L. (Org.). *Phrase structure and the lexicon. Studies in natural language and linguistic theory*. Dordrecht: Kluwer, 1996. p. 109-138.
- KROCH, Anthony. Syntactic change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (Org.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Malden: Blackwell, 2001. p. 699-729.
- LEVIN, Beth; RAPPAPORT HOVAV, Malka. *Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- LI, C-N.; THOMPSON, S. Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C-N (Org.). *Subject and Topic*. Nova York: Academic Press, 1976. p. 457-489.
- LIGHTFOOT, D. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- _____. *The development of language*. Oxford: Blackwell, 1999.
- LIN, Jimmy. *Event structure and the encoding of arguments: the syntax of the Mandarin and English verb phrase*. 2004. 194 f. ph.D. Thesis – Massachusetts Inst. of Technology, Cambridge, 2004.
- LOBATO, Lucia. Sobre a questão da influência ameríndia na formação do português do Brasil. In: SILVA, Denize Elena da (Org.). *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cânone; Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste, 2006. p. 54-86.
- LONGOBARDI, G. Formal syntax, diachronic minimalism, and etymology: the history of French *Chez*. *Linguistic Inquiry*, v. 32, p. 275-302, 2001.
- LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. 9. ed. 9. reimp. (2016). São Paulo: Ática, 2010.
- LUNGUINHO, Marcus Vinicius da Silva. Partição de constituintes no português brasileiro: características sintáticas. In: SILVA, Denize Elena da (Org.). *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cânone; Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste, 2006. p. 133-147.
- MARANTZ, Alec. *On the nature of grammatical relations*. Cambridge: MIT Press, 1984.
- _____. Verbal argument structure: events and participants. *Lingua*, v. 130, p. 152-168, 2013.
- MARTINS, Ana Maria; NUNES, Jairo. Raising issues in Brazilian and European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, p. 53-77, 2005.
- _____. Apparent hyper-raising in Brazilian Portuguese: agreement with topics across a finite CP. In: PANAGIOTIDIS, Phoebos E. (Org.). *The complementizer phase: subjects and operators*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 142-163.

- MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do português*. 1994. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.
- MEDEIROS, J. D.; ARAUJO, M. C. L.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. *Edição de anúncios de Revista Feminina, A Cigarra e Vida Paulistana (XX/1)*. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2015. Projeto: Edição de textos jornalísticos paulistas – séculos XIX-XXI (Fase 1).
- MOK, Sui-Sang. Locative inversion in Cantonese. *Kansas Working Papers in Linguistics*, v. 17, p. 115-157, 1992.
- MUNHOZ, Ana Terra Mejia. *A estrutura argumental das construções de tópico-sujeito: o caso dos sujeitos locativos*. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- MUNHOZ, Ana Terra Mejia; NAVES, Rozana Reigota. Construções de tópico-sujeito: uma proposta em termos de estrutura argumental e de transferência de traços de C. *SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, n. 15/1, p. 245-265, 2012.
- MIYAGAWA, Shigeru. Unifying agreement and agreement-less languages. *MIT Working Papers in Linguistics*, v. 54, p. 47-66, 2007. Proceedings of WAFL2.
- _____. *Why agree? Why move?* Unifying agreement-based and discourse configurational languages. Cambridge: MIT Press, 2010.
- NEGRÃO, Esmeralda Vailati. *O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. 1999. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- NEGRÃO, Esmeralda Vailati; VIOTTI, Evani. A ergativização do português brasileiro: uma conversa continuada com Carlos Franchi. In: DA HORA, Demerval; NEGRÃO, Esmeralda Vailati (Org.). *Estudos da linguagem. Casamento entre temas e perspectivas*. João Pessoa: Ideia Editora Universitária, 2011. p. 37-61.
- NEWMAYER, F. Against a parameter-setting approach to typological variation. *Linguistic Variation Yearbook*, v. 4, p. 181-234, 2005.
- _____. A rejoinder to “On the role of parameters in Universal Grammar: A reply to Newmeyer” by I. Roberts & A. Holmberg. MS, University of Washington (Seattle), 2006. Disponível em: <<http://people.pwf.cam.ac.uk/mtb23/NSP/Parametricdebate.html>>. Acesso em: 19 set. 2017.
- NUNES, Jairo. Inherent case as a licensing condition for A-movement: the case of hyper-raising constructions in Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 7, p. 83-108, 2008a.
- _____. Preposition insertion in the mapping from Spell-Out to PF. *Linguistics in Potsdam*, v. 28, p. 136-156, 2008b.
- _____. Subespecificação de traços- Φ e hiperalçamento em português brasileiro. In: FIGUEIREDO, Cristina; ARAÚJO, Edivalda (Org.). *Diálogos com Ribeiro: sobre gramática e história da língua portuguesa*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2015. p. 121-148.

- _____. Subject and topic hyper-raising in Brazilian Portuguese: a case study on reference sets for economy computations. In: KATO, Mary Aizawa; ORDÓÑEZ, Francisco. *The morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America*. Nova York: Oxford University Press, 2016. p. 107-134.
- OLIVEIRA, Marilza de. A perda da preposição *a* e a recategorização de *lhe*. In: SEMINÁRIO DO GEL, 51., 2003, Taubaté. *Resumos...* São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2003. p. 1-8.
- PANCHEVA, Roumyana; ZUBIZARRETA, María Luisa. The Person Case Constraint: The Syntactic Encoding of Perspective. *Natural Language and Linguistic Theory*. (No prelo).
- PETERSON, David A. *Applicative constructions*. Nova York: Oxford University Press, 2007.
- PILATI, Eloisa; NAVES, Rozana. Desenvolvendo a hipótese da cisão da categoria pronominal no português brasileiro. In: MOURA, Denilda; SIBALDO, Marcelo (Eds.). *Estudos e pesquisas em teoria da gramática*. Maceió: EDUFAL, 2013.
- PILATI, Eloisa; SALLES, Heloisa; NAVES, Rozana. Discutindo o estatuto teórico de *pro* em línguas de sujeito nulo parcial. In: ESTUDOS FORMALISTAS DAS LÍNGUAS NATURAIS, 37., 2018, Brasília. *Handout*. [s. l.]: LEFOG/UnB, 2018. p. 1-8.
- PIRES, Acrísio. O sujeito, ele está aqui! A posição variável dos sujeitos pré-verbais. *D.E.L.T.A.*, v. 23, p. 113-146, 2007.
- PONTES, Eunice. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.
- PYLKKÄNEN, Liina. *Introducing arguments*. Cambridge: MIT Press, 2008.
- RICHARDS, Marc. Two kinds of variation in a minimalist system. *Linguistische Arbeits Berichte*, n. 87, Universität Leipzig, p. 133-162, 2008.
- ROBERTS, Ian. *Diachronic syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- _____. Macroparameters and minimalism: a programme for comparative research. In: GALVES, Charlotte et al. (Org.). *Parameter theory and linguistic change*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 319-334.
- ROBERTS, Ian; ROUSSOU, A. *Syntactic change: a minimalist approach to grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R.; BERLINCK, Rosane de Andrade. Em busca do português paulista. In: TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R.; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. de O. *História do português paulista*. Campinas: IEL/Unicamp, 2009. p. 218-249.
- TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R. Uma nova estratégia para a expressão da posse externa: a construção de tópico nominativo. In: ENCONTRO DE GRAMÁTICA GERATIVA: HOMENAGEM À PROF^A. ILZA RIBEIRO, 2015, Salvador, UFBA. *Handout* não publicado.
- TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R.; BERLINCK, Rosane de A. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e

- diacrônicos. In: MATTOS E SILVA, R. V.; LOBO, Tânia (Org.). *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2006. p. 73-106. v. VI, tomo I.
- TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R.; LIMA-SALLES, Heloísa M. L. Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus*, n. 22, p. 181-209, 2010.
- _____. The external possessor construction in European Portuguese and Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary Aizawa; ORDÓÑEZ, Francisco. *The morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America*. Nova York: Oxford University Press, 2016. p. 204-235.
- TORTORA, Christina. Two types of unaccusatives: evidence from a Northern Italian dialect. In: ZAGONA, Karen. *Grammatical theory and Romance languages: selected papers from the 25th Linguistic Symposium on Romance Languages*. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 251-262.
- _____. *The syntax and semantics of the weak locative*. 1997. 224 f. Tese (Doutorado) – Department of Linguistics and Cognitive Science, University of Delaware, Newark, 1997.
- VIOTTI, Evani. O Caso *default* no português do Brasil: revisitando o Caso dos inacusativos. *Rev. Est. Ling.*, p. 53-71, jul./dez. 2005.
- VIOTTI, Evani; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. Estratégias de impessoalização no português brasileiro. In: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. *África no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 179-203.
- ZELLER, J. *Agreement and the EPP in Kinyarwanda applicatives*. Unpublished Manuscript. University of KwaZulu-Natal, Durban, 2005.